

Revista Ecologia Integral

Ano 8 - N.º 34 - R\$6,00
Impressa em papel reciclado

ISSN 1808-7256



por uma cultura de paz e pela ecologia integral



Patrimônio cultural

O que recebemos e o que deixamos

Você vai ler nesta edição de nº 34

3 OBSERVATÓRIO

6 ESPECIAL PATRIMÔNIO CULTURAL

- 6 A importância do patrimônio
- 7 Patrimônio cultural e natural
- 8 O cuidado com o patrimônio
- 9 O patrimônio no Brasil
- 10 Sítios mineiros tombados
- 12 Patrimônio nacional em Belo Horizonte
- 14 Patrimônio cultural imaterial
- 15 Obras-primas da humanidade
- 16 Patrimônio imaterial: renda turca

Foto: Arquivo Solange Oliveira



Foto: Reprodução

- 18 Patrimônio imaterial: a produção de doces em São Bartolomeu - MG

Ilustração: Emídio



Ilustração: Emídio

- 20 Pequenas ações pela preservação do patrimônio

ESPAÇO DA FLORINDA

- 21 Um lugar, muitas recordações...
- 21 O que eu faço para reduzir, reutilizar e reciclar
- 22 Museu de Artes e Ofícios



PENSAR GLOBALMENTE AGIR LOCALMENTE

- 23 Serra da Piedade em perigo: movimento em defesa de um patrimônio nacional ameaçado pela mineração

Foto: Alice Okawara

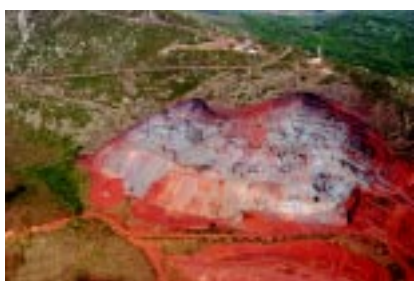


Ilustração: Emídio

- 26 As ameaças ao patrimônio cultural
- 27 Patrimônio mundial natural
- 27 Múltipla escolha
- 28 Comunidades tradicionais

SALA DE AULA

- 29 O estudo do patrimônio na escola



Foto: Instituto Bem Me Quer

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- 30 Patrimônio histórico e cultural: reintegração do lugar à educação - por Ana Mansoldo

DIREITO AMBIENTAL

- 31 Pluralidade, meio ambiente e Direito por Leonardo Alves Corrêa

ECOLOGIA PESSOAL

- 32 A ecologia dos nossos sentidos: o nariz e o sentido do olfato - por Leandro Carvalho Silva

REFLEXÕES

- 33 Sob a ótica da ecologia integral: patrimônio é tudo aquilo que faz parte da nossa vida

ACONTECEU

- 33 Educação para o consumo sustentável



Fotos: Desirée Ruas - Formação de Multiplicadores para Consumo Sustentável - Inmetro

ESPECIAL

- 34 Penas alternativas na defesa do meio ambiente

Fotos: Arquivo Cel



- 36 ATIVIDADES DO CEI E PONTOS DE VENDA DA REVISTA ECOLOGIA INTEGRAL

A Revista Ecologia Integral é uma publicação do Centro de Ecologia Integral, associação sem fins econômicos, que tem por finalidade trabalhar por uma cultura de paz e pela ecologia integral, apoiando e desenvolvendo ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, da sociedade e do meio ambiente, através de atividades que promovam a ecologia pessoal, a ecologia social e a ecologia ambiental. A Revista é um dos meios utilizados para divulgar, informar, sensibilizar e iniciar um processo de transformação em direção à ecologia integral e a uma cultura de paz.

Para adquirir uma assinatura da Revista Ecologia Integral (oito edições), envie cheque cruzado e nominal ao Centro de Ecologia Integral no valor de R\$48,00 (quarenta e oito reais) - preço válido até 31/12/2008. Ou solicite boleto para pagamento que será enviada pelo correio.

Revista Ecologia Integral - ISSN 1808-7256

Ano 8 - Nº 34 - Impressa em junho de 2008

Publicação do Centro de Ecologia Integral - Cei

Registrada no Cartório de Registro Civil de

Pessoas Jurídicas sob o nº 1093

Diretores do Cei: Ana Maria Vidigal Ribeiro e

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Editora: Ana Maria Vidigal Ribeiro - MG 5961 JP

Jornalista responsável: Desirée Rodrigues Ruas - MG 5882 JP

Projeto gráfico e editoração: Desirée R. Ruas

Serviços gráficos: Gráfica e Editora O Lutador

Tiragem: 2.500 exemplares

Endereço para correspondência:

Centro de Ecologia Integral

Rua Bernardo Guimarães, 3.101 - Sala 206

Bairro Santo Agostinho

Belo Horizonte - Minas Gerais - Cep: 30.140-083

Telefone: (31) 3275-3602

cei@ecologiaintegral.org.br

www.ecologiaintegral.org.br

Para a divulgação da ecologia integral e da cultura de paz, os conteúdos aqui apresentados podem e devem ser repassados adiante. Você pode reproduzir os textos da Revista Ecologia Integral, citando o autor (caso houver) e o nome da publicação da seguinte forma: "Extraído da Revista Ecologia Integral, uma publicação do Centro de Ecologia Integral. Informações no site www.ecologiaintegral.org.br". Fineza enviar-nos cópia do material produzido para o nosso arquivo.

O que recebemos e o que deixamos?

Esta e a próxima edição da Revista Ecologia Integral são dedicadas ao patrimônio cultural (Revista nº 34) e ao patrimônio natural (Revista nº 35). Na realidade, o patrimônio cultural e o natural estão intimamente integrados e interligados, assim como estão a cultura, o meio ambiente e tudo o que se refere à vida.

Falar de patrimônio é lembrar o passado para entender como chegamos até aqui e como podemos vislumbrar o futuro. É buscar conhecer as nossas origens, honrá-las, cuidar para que não sejam esquecidas, para que sejam valorizadas. Afinal, a identidade de cada um de nós, de cada comunidade, de cada povo foi gerada pela infinita teia da vida, elemento por elemento, evento por evento.

Passado, memória, história, identidade. Será assim no futuro? Certo é que, se não preservarmos, se não cuidarmos do que recebemos, como poderemos refletir, comparar e compreender a nossa trajetória? Como aprenderemos com os erros e acertos da humanidade? Se perdermos o nosso passado, que base teremos para prosseguir?

Esta é a reflexão que sugerimos neste momento. Todos nós caminhamos juntos desde sempre. E continuaremos assim, fios que somos da grande teia da vida.

Um abraço a todos.

Ana Maria e José Luiz
Diretores do Centro de Ecologia Integral

Nota aos leitores:

A partir desta edição, a Revista Ecologia Integral passou de 32 para 36 páginas e todas as páginas serão impressas em cores.

Em respeito ao meio ambiente, a Revista Ecologia Integral é impressa em papel reciclado.

Atuais parceiros

Centro de Ecologia Integral
de Jequitinhonha/MG

Tel.: (33) 3741-1107 (Frei Pedro)

Centro de Ecologia Integral
de Pirapora/MG

Tel.: (38) 3741-7557 (Delvane)

Associação Cultural Nova
Acrópole do Brasil

www.nova-acropole.org.br

Tel.: (31) 3227-1148

Gráfica e Editora O Lutador

Tel.: (31) 3439-8000

www.olutador.org.br

Sociedade Vegetariana Brasileira

(BH) Tel.: (31) 3313-5592 - bh@svb.org.br

www.svb.org.br/libertas

Quatro Cantos do Mundo

Tels.: (31) 3461-6851/9111-9359 (Carolina)

www.4cantosdomundo.org.br

4cantos@4cantosdomundo.org.br

Rede Mineira de Educação Ambiental

Tel.: (31) 3277-5040

redemineiradeea@yahoo.com.br

Trilhas D'Água Passeios Ecológicos

Tels.: (31) 3295-6546/9985-3185 (Evaldo)

trilhasdagua@superig.com.br

Universidade Internacional da Paz

Unipaz-MG

Tel.: (31) 3297-9026

www.unipazmg.org.br

Unipaz - Araxá

Tels.: (34) 3661-3199 (Homero)

Conheça as dimensões da ecologia integral

A ecologia pessoal

visa a saúde física, emocional, mental e espiritual do ser humano como estratégia fundamental para o desenvolvimento da paz e da ecologia integral.

A ecologia social

busca a integração do ser humano com a sociedade, o exercício da cidadania, da participação e dos direitos humanos, a justiça social, a simplicidade voluntária e o conforto essencial, a escala humana, a cultura de paz, a ética da diversidade, os valores universais, a inclusividade, a multi e a transdisciplinaridade.

A ecologia ambiental

objetiva a integração do ser humano com a natureza facilitando o processo de conscientização e sensibilização no sentido da redução do consumo e do desperdício, do incentivo à reutilização e à reciclagem dos recursos naturais, bem como da preservação e defesa do meio ambiente e de sociedades sustentáveis.

Cartas Mensagens dos leitores

“Tive o prazer de ler um exemplar da Revista Ecologia Integral. Parabéns, o trabalho é maravilhoso! Como professora de artes, desenvolvo meu trabalho em cima da reciclagem, principalmente de papel. A Revista Ecologia Integral me ajudou muito a passar informações importantes para meus alunos. Gostaria de solicitar a assinatura desta Revista maravilhosa.”

Raquel Marquezine - Professora de artes

“Trabalho na área social com projetos, especialmente na formação humana e conscientização ecológica. (...) Gosto muito dessa atividade de conscientização ecológica e gostaria de conhecer melhor o trabalho de vocês. (...) Bom trabalho e parabéns pela missão de cuidar do mundo e do ser humano.”

Altair Barbosa - Filósofo e graduando em Teologia

*Mande você também o seu recado por carta
ou pelo e-mail revista@ecologiaintegral.org.br*

Brasil: 90ª posição no ranking da paz

Entre os 140 países analisados em 2008 pelo Índice Global de Paz, IGP, o Brasil ocupa a 90ª posição. Em 2007, o país ocupava a posição 83. A classificação dos países é elaborada por analistas da revista britânica The Economist, em colaboração com um grupo internacional de especialistas, com base em 24 variáveis como níveis de crimes violentos, número de policiais, incidência de homicídios, número de pessoas presas, níveis de acesso às armas, gastos no setor militar, instabilidade política e respeito aos direitos humanos.

O país que ocupa a primeira posição do ranking é a Islândia, seguido por Dinamarca, Noruega, Nova Zelândia e Japão. As últimas posições são ocupadas por Iraque, Somália, Sudão, Afeganistão e Israel. Os integrantes do grupo que reúne os sete países mais ricos do mundo e a Rússia, G8, ocupam posições variadas como o Japão, em quinto, o Canadá em 11º e a Alemanha em oitavo lugar. A Itália está na 28ª posição, a França na 36ª e o Reino Unido na 49ª. No entanto, os Estados Unidos aparecem apenas na posição 97 e a Rússia como 131, entre os 10 últimos colocados.

Pela proibição total da propaganda de cigarro

A Organização Mundial da Saúde, OMS, alerta para a necessidade da proibição total da propaganda de cigarro para proteger os jovens do vício. A OMS afirma que a indústria do tabaco usa técnicas de marketing cada vez mais sofisticadas para atrair jovens, principalmente meninas em países pobres, e que, quanto mais as pessoas forem expostas a propagandas de tabaco, mais chances têm de começar a fumar.

Segundo a OMS, as restrições atuais não são suficientes para proteger os 1,8 bilhões de jovens do mundo, que são atingidos através da internet, revistas, filmes, shows e eventos esportivos.

Dados da Organização Pan-Americana de Saúde, OPS, revelam que a maioria dos fumantes adquiriu o vício antes dos 18 anos e que um quarto destes começou a fumar antes dos dez anos. Cada vez mais, a juventude é o alvo da indústria do tabagismo, principal causa evitável de morte no mundo.

O tabaco mata entre um terço e a metade dos fumantes. Além disso, o tabagismo provoca enormes custos adicionais sobre os sistemas de saúde, que poderiam ser destinados a outros problemas.

Consumo mais sustentável

As ações dos consumidores de países como o Brasil e a Índia causam menos danos ao meio ambiente, se comparados a países mais desenvolvidos, segundo um estudo da National Geographic e da GlobeScan. Na lista, após os brasileiros e os indianos, que estão em primeiro lugar, estão os chineses em segundo e, na terceira posição, os mexicanos.

O relatório analisou o comportamento de 14 mil consumidores em 14 países. Os resultados mostram que os cidadãos das nações em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, têm hábitos mais ecológicos do que os que vivem em lugares mais prósperos, como os Estados Unidos, último da lista, e o Canadá, penúltimo colocado.

Os itens avaliados foram transporte, habitação, alimentação e bens de consumo, sendo que os dois primeiros têm peso maior. Os brasileiros receberam a maior pontuação na área de habitação já que suas casas costumam ser pequenas, considerando o número de quartos por membros da família. O baixo uso de aquecedores e de iluminação artificial também são pontos positivos entre as famílias brasileiras.

Foto: Desirée Ruas



Consumidores brasileiros estão cada vez mais conscientes

Questões do mundo

Universidade Internacional da Paz - UNIPAZ-MG

Próximos seminários

- 22 a 24/08/2008 - Budismo tibetano (Lama Padma Samten)
- 19 a 21/09/2008 - Consciência ambiental (Demetrius Christófidis)
- 17 a 19/10/2008 - Diálogo interreligioso (Marcelo Barros)

Informações e inscrições:

Unipaz-MG
Rua Paulo Afonso, 146 - Sala 605
Bairro Santo Antônio - BH/MG
Telefone: (31) 3297-9026
www.unipazmg.org.br
unipazmg@unipazmg.org.br

Indicadores de desenvolvimento sustentável

Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, IDS - 2008, que avaliam a situação econômica, social e ambiental brasileira, mostram evolução em algumas áreas e retrocesso em outras. O diagnóstico reúne 60 indicadores produzidos ou reunidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, na terceira edição do IDS, sendo que as duas anteriores datam de 2002 e 2004.

Na dimensão ambiental está o maior número de indicadores negativos ou com evolução lenta. Dentre os indicadores positivos, podem-se destacar a redução do consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio e o

Foto: Luciene Gomes



Qualidade das águas: indicador de desenvolvimento sustentável

aumento do número de Unidades de Conservação, UCs, e de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, RPPNs. Os focos de incêndios também sofreram redução entre 2004 e 2006, e a poluição atmosférica mantém sua tendência estacionária.

Já a poluição dos rios que cortam as maiores regiões metropolitanas e das praias mantém seus níveis elevados, enquanto as quantidades de fertilizantes e agrotóxicos usados na agricultura cresceram, e as apreensões de alguns animais que seriam comercializados ilegalmente também aumentaram.

Por fim, indicadores como o desmatamento na Amazônia, que vinham melhorando, sofreram retrocessos no período mais recente, ao que tudo indica em consequência do próprio crescimento econômico.

Foto: Iracema Gomes



Comércio ilegal ameaça animais silvestres

ações graves na saúde, especialmente de crianças, idosos e portadores de doenças respiratórias. Veja mais informações no [site www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).



Insetos: risco de desaparecimento

Invertebrados: mapa da extinção

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, reuniu informações sobre as 130 espécies de insetos e outros invertebrados ameaçados de desaparecer, sua situação e delimitação geográfica, no primeiro mapa do gênero lançado no país. São 96 insetos como abelhas, besouros, formigas, borboletas, mariposas e 34 espécies de outros invertebrados terrestres, como aranhas, gongolos, minhocas e caracóis.

As espécies fazem parte da Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, elaborada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama. A mais recente lista de animais ameaçados divulgada pelo Ibama, em 2003 e 2004, reúne ao todo 632 espécies e subespécies dentre animais terrestres e aquáticos.

Em 2006, o IBGE lançou o mapa das aves ameaçadas; em 2007, o mapa de mamíferos, anfíbios e répteis; e ainda neste ano de 2008 deve publicar o último mapa da série, com informações sobre peixes e invertebrados aquáticos.

Alguns dos animais citados já constam na categoria de extintos como ocorre com a formiga *Simopelta minima*, que ocorria na Bahia, a libélula *Acanthagrion taxaense*, do Rio de Janeiro, e as minhocas *Fimoscolex sporadochaetus* (conhecida como minhoca branca) e *Rhinodrilus fafner* (minhocuçu ou minhoca gigante), que eram encontradas em Minas Gerais.

Sustentabilidade



Os museus abrigam coleções de objetos de valor artístico, histórico ou científico, conservados e expostos para educação ou entretenimento do público

Museus: cultura e reflexão

2008 é o Ano Ibero-Americano de Museus. O tema, que foi também adotado para as comemorações do Dia Internacional dos Museus, 18 de maio, é "Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento".

Atualmente, existem cerca de 60 mil museus em todo o mundo, dos quais 90% criados após a Segunda Guerra Mundial. Na China, por exemplo, está prevista a criação de 5 mil novos museus até o ano de 2010. No Brasil, são cerca de 3 mil museus, que representam 5% dos museus do mundo. O Ministério da Cultura comemora o aumento da visitação, de 14 milhões, em 2003, para 21 milhões de pessoas, em 2007. Mas apenas 20% dos municípios brasileiros têm museus.

ARQUITETO CARLOS SOLANO CONVIDA
CONFERÊNCIAS • WORKSHOPS • LANÇAMENTO DO LIVRO

O chamado das árvores

COM DOROTHY MACLEAN
CO-FUNDADORA DE FINDHORN, ECOVILA ESCOCESA E AUTORA DO LIVRO O CHAMADO DAS ÁRVORES

E JUDY MCALLISTER
CONFERENCISTA INTERNACIONAL DA FINDHORN FOUNDATION

INFORMAÇÕES
www.ummilhaodearvores.org.br
Setembro/08: Manaus, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo

PRODUÇÃO

AM	Fac. Martha Falcão	(92) 2121 0900
MG	Carlos Solano	(31) 3581 3998
RS	Marilda Romero	(51) 9126 0256
SP	Sandra Scilliano	(11) 3722 5850

O cupuaçu é nosso

Depois de muitas disputas durante quase seis anos, a lei que estabelece o cupuaçu como fruta nacional foi sancionada. O cupuaçu é uma fruta tipicamente nacional, do mesmo gênero do cacau, e muito utilizada pelos povos indígenas da região amazônica como alimento. Com o cupuaçu é possível se fazer sucos, sorvetes, geléias, doces e, até mesmo, chocolate.

O projeto para transformar o cupuaçu em fruta nacional tramitava no Congresso Nacional desde setembro de 2003. Uma empresa japonesa disputava os direitos de comercialização da marca "cupuaçu", além do registro de patente para os métodos de produção industrial do cupulate, o chocolate obtido a partir da semente da fruta.

Línguas do Brasil

O patrimônio lingüístico brasileiro ganhará um inventário. O estudo das línguas do Brasil deverá contemplar línguas indígenas, afro-brasileiras e de imigrantes, além das variedades do próprio português. O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, aprovou a realização do levantamento das centenas de línguas faladas no Brasil, além do português, com base nas conclusões de um grupo de trabalho que se reuniu durante um ano e oito meses para discutir o assunto.

A importância do patrimônio

A relação do ser humano com os bens culturais e os bens naturais

A palavra patrimônio tem sua etimologia no vocábulo *pater*, que significa pai ou antepassados. Refere-se aos bens culturais ou naturais que recebemos das gerações passadas e devemos preservar para as futuras gerações.

O **patrimônio cultural** é o conjunto dos bens, **materiais** (como uma igreja ou uma pintura) ou **imateriais** (como uma dança ou o modo de fazer algum instrumento), que, pelo seu valor próprio, são considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. Pode ser uma construção antiga, uma festa religiosa, o sotaque de uma região, a receita de um alimento... Enfim, vivemos cercados por estes bens culturais que formam um patrimônio de valor inestimável.

O **patrimônio natural** é composto por formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético.

Ao considerar o patrimônio em seu duplo aspecto, cultural e natural, a **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural**, assinada em 1972, lembra-nos as formas pelas quais a natureza se apresenta e as formas pelas quais o ser humano cria em sua interação com o meio natural e social. Apesar de distintas, não há como isolar a natureza e a cultura.

Quando olhamos para uma cidade como Ouro Preto, considerada Patrimônio Histórico da Humanidade desde 1980, percebemos sua arquitetura bem desenhada, com casarões e janelas coloridas, ruas estreitas e tortuosas, resultado da interferência humana sobre uma região com características naturais específicas.

Ouro Preto é um exemplo de patrimônio cultural mundial. Isso significa que sua importância é universal já que os sítios tombados pela Unesco pertencem a todos os povos do planeta, independentemente do território em que estejam localizados. Os países reconhecem que os sítios localizados em seu território nacional e inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, sem prejuízo da soberania ou da propriedade nacionais, constituem um patrimônio universal “cuja proteção a comunidade internacional inteira tem o dever de cooperar”. Todos os países possuem sítios de interesse local ou nacional que são motivos de orgulho nacional e a Convenção os estimula a identificar e proteger seu patrimônio, esteja ou não incluído na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

Mas, além do patrimônio que é reconhecido por entidades nacionais ou internacionais, existem os bens da nossa cultura pessoal e familiar. O bordado em ponto cruz da avó, a forma de se preparar a tradicional receita de broa de milho, as cantigas de ninar passadas de geração em geração... Todas elas tradições que não estão inscritas em livros de registros oficiais mas que foram “tombadas” por nossa memória e têm uma importância especial em nossas vidas. Que tal os educadores promoverem atividades de resgate do patrimônio pessoal e familiar de cada aluno? Isso pode ser uma ótima oportunidade para fortalecer nos jovens o cuidado com as tradições e os laços familiares. Resgatar, cuidar e perpetuar as manifestações culturais da história de nossa família pode ser um excelente aprendizado. Vale registrar em cadernos, livros, vídeos, fotografias, incentivando os pais e avós a transmitirem este patrimônio às crianças e aos jovens, como forma de eternizar o que é tão importante para a cultura de cada um de nós.



Patrimônio cultural e natural

Ação mundial pela preservação da cultura e da natureza

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco, é responsável pela promoção da identificação, da proteção e da preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade, com base na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, de 1972.

A Convenção define as classes de sítios naturais ou culturais que podem ser considerados para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e fixa o dever que compete aos Estados-Partes quanto à identificação dos mesmos. Define também o papel que lhes corresponde na proteção e na preservação desses sítios. Ao assinar a Convenção, cada país se compromete a conservar os bens do patrimônio mundial localizados em seu território como também os bens do próprio patrimônio nacional.

Segundo a Unesco, os bens do patrimônio cultural podem ser materiais ou imateriais. Os **bens materiais** são os monumentos como obras arquitetônicas, objetos,

pinturas, esculturas; os conjuntos de construções e os sítios com valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico.

Já os **bens do patrimônio cultural imaterial** são as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Transmitido de geração em geração, o patrimônio imaterial sobrevive graças às comunidades e aos grupos pelos quais são constantemente recriados.

Os **bens do patrimônio natural** são os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações; o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, e os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

O início dos tombamentos

No fim da década de 1950, a construção de uma represa no Egito inundaria o vale onde estava o templo de Abu Simbel, um dos tesouros deixados pela civilização egípcia. Em 1959, órgãos internacionais fizeram uma campanha contra o desaparecimento do templo e conseguiram a realização de uma pesquisa arqueológica nas áreas que seriam inundadas. Sobretudo os templos de Abu Simbel e Filae foram então completamente desmontados, transportados para um terreno a salvo da inundação e lá montados novamente. Outras ações em defesa de áreas de relevância histórica mundial aconteceram para a proteção da cidade de Veneza, na Itália, das ruínas de Moenjodaro, no Paquistão, e do templo de Borobodur, na Indonésia.

Em 1968, os primeiros locais a receberem o título de Patrimônio da Humanidade foram o Parque Nacional Histórico de Anse, em Meadows, no Canadá; o Centro Histórico de Quito, no Equador; as Igrejas Escavadas na Rocha de Lalibela, na Etiópia; o Centro Histórico de Cracóvia, o Campo de Concentração de Auschwitz e a Mina de Sal Wieliczka, na Polônia, e o Parque Mesa Verde, nos Estados Unidos.

As construções humanas e as formas naturais do planeta representam patrimônios igualmente importantes. A idéia de associar o patrimônio cultural e o patrimônio natural surgiu durante uma conferência na Casa Branca, em Washington, nos Estados Unidos, em 1965. Na ocasião, foi sugerida a criação de uma "Fundação do Patrimônio Mundial" que estimulasse a cooperação internacional para

proteger as "maravilhosas áreas naturais e paisagísticas do mundo e os sítios históricos para o presente e para o futuro de toda a humanidade". Em 1972, a Unesco aprovou a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural.

Ilustração: Emidio

A Estátua da Liberdade, nos Estados Unidos, e a Grande Muralha da China são exemplos de Patrimônio Cultural Mundial



Ilustração: Emidio



Periodicamente, a Unesco amplia o número de sítios culturais e naturais inscritos. Até junho de 2008, a Lista do Patrimônio Mundial contava com 660 sítios culturais, 166 naturais e 25 mistos, localizados em 141 Estados-Partes. Pequenas diferenças no número total dos sítios podem ocorrer devido a diferentes métodos de contagem, e pelo fato de alguns dos sítios se encontrarem em dois países. Ao todo, 185 Estados já ratificaram a Convenção do Patrimônio Mundial.

O cuidado com o patrimônio

O Brasil na Lista do Patrimônio Mundial

O Brasil aderiu à Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural em setembro de 1977. O primeiro sítio brasileiro tombado pela Unesco com o título de Patrimônio da Humanidade foi a cidade histórica de Ouro Preto no ano de 1980. Até junho de 2008, o país contava com 17 sítios culturais e naturais inscritos na lista do Patrimônio Mundial, considerados de valor excepcional e único para a cultura da humanidade.

Abaixo, os 17 sítios culturais e naturais brasileiros do Patrimônio Mundial, com indicação do estado e da data do tombamento:

- Cidade Histórica de Ouro Preto - MG (1980)
- Centro Histórico de Olinda - PE (1982)
- Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões - RS (1983)
- Centro Histórico de Salvador - BA (1985)
- Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo - MG (1985)
- Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu - PR (1986)
- Plano Piloto de Brasília - DF (1987)
- Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato - PI (1991)
- Centro Histórico de São Luís do Maranhão - MA (1997)
- Centro Histórico da Cidade de Diamantina - MG (1999)
- Mata Atlântica - Reservas do Sudeste - SP/PR (1999)
- Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica - BA/ES (1999)
- Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central (2000)
- Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal - MS/MT (2000)
- Centro Histórico da Cidade de Goiás - GO (2001)
- Áreas Protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas - GO (2001)
- Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas - RN (2001)

Fonte: www.unesco.org.br



Cristo Redentor, Rio de Janeiro

Sete Novas Maravilhas do Mundo

O Cristo Redentor, localizado na cidade do Rio de Janeiro, é uma das 7 Novas Maravilhas do Mundo Moderno, em votação realizada pela internet e por mensagens de celular, organizada pela New 7 Wonders Foundation, da Suíça, entre 21 monumentos participantes de todo o planeta. O cartão postal carioca de 38 metros teve sua pedra fundamental lançada em 1922 e a inauguração em 12 de outubro de 1931, sendo a única maravilha brasileira, ao lado de importantes outras maravilhas, também eleitas, como a Muralha da China (entre 200 a.C. e 1500 d.C.); o templo helênico de Petra, na Jordânia (9 a.C. a 40 d.C.); Machu Picchu, no Peru (século XV); Coliseu de Roma, na Itália (70 d.C. a 82 d.C.); Taj Mahal, na Índia (1630 a 1652) e o templo da civilização maia de Chichen-Itza, no México (435 d.C a 455 d.C.). As Pirâmides de Gizé, no Egito, receberam o título de *hors-concours*, por ser a única maravilha (2500 a.C.) remanescente do mundo antigo.

Foto: Luciene Gomes



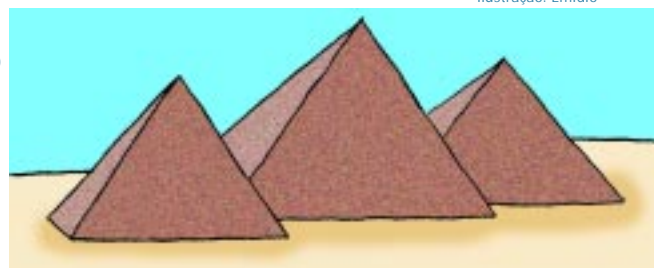
Centro Histórico de Salvador

Inclusão dos sítios culturais e naturais

Para que um sítio cultural ou natural seja incluído na lista de Patrimônio Mundial, o país signatário, também chamado de Estado-Parte, deve preparar uma lista com as propriedades do local que considera possuir "excepcional valor universal" na tentativa de ser aceito ou não. Um país se torna Estado-Parte ao assinar a Convenção do Patrimônio Mundial, comprometendo-se a proteger o seu patrimônio cultural e natural.

Especialistas da Unesco visitam os sítios para avaliar a propriedade e emitem relatório técnico que fará parte do processo de avaliação da inscrição. A decisão final é tomada pelo Comitê do Patrimônio Mundial que pode inscrever o sítio na lista mundial, adiar a decisão, aguardando informações adicionais, ou recusar a inscrição. Constituído por 21 representantes dos países signatários da Convenção, o Comitê do Patrimônio Mundial é responsável por guiar a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial.

Ilustração: Emídio



Pirâmides de Gizé, no Egito (2500 a.C.)

O patrimônio no Brasil

Segundo o parágrafo primeiro do Artigo 216, da Constituição Brasileira, “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. O mesmo artigo define patrimônio cultural brasileiro como sendo “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

Proteção dos bens culturais brasileiros

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Iphan, órgão responsável pela proteção do patrimônio brasileiro, foi criado no final da década de 30, período do movimento modernista no país.

O patrimônio material protegido pelo Iphan, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico; Histórico; Belas-Artes; e das Artes Aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Os bens culturais materiais tombados podem ser acessados por meio do Arquivo Central do Iphan, que é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de artes do país. O Arquivo também emite certidões para

efeito de prova e inscreve os bens nos Livros do Tombo. [Para conhecer todos os bens culturais brasileiros tombados pelo Iphan, acesse o Arquivo Noronha Santos no site \[www.iphan.gov.br/ans\]\(http://www.iphan.gov.br/ans\).](#)



O Plano Piloto da cidade de Brasília é patrimônio nacional e mundial

O que é tombamento?

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público, nos níveis federal, estadual e/ou municipal. Os tombamentos federais são da responsabilidade do Iphan e começam com o pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização. Pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental. É o caso de fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas, etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.



Cidade mineira de Diamantina

Sítios mineiros tombados

Minas Gerais é um estado privilegiado em se tratando de patrimônio cultural. Mais da metade de todos os bens tombados nacionalmente, 60%, está localizada no estado. Existem inúmeras obras de estilo barroco produzidas no século XVIII, período de intensa exploração do ouro e pedras preciosas e de grande fluxo de pessoas na região. As cidades de Ouro Preto, Congonhas do Campo e Diamantina fazem parte da lista da Unesco de bens culturais da humanidade. Já na lista de sítios urbanos tombados pelo Iphan constam as cidades de Belo Horizonte, Caeté, Cataguases, Itaverava, Mariana, Nova Era, Piranga, São João Del Rei, Congonhas, Diamantina, Ouro Preto, Serro e Tiradentes. Além destes, há inúmeros bens tombados pelo estado e por seus respectivos municípios.

Foto: Alice Okawara



Cidade de Diamantina

Fonte das informações históricas: Livros de Tombo - Iphan

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina

(Tombamento federal: 1938)

Diamantina foi formada com a descoberta de ouro no Vale do Córrego do Tijuco, em 1713. A população começou a aumentar em 1729, com a descoberta de diamante. A cidade conservou significativas referências culturais e mantém um acervo arquitetônico e urbanístico. Conta com monumentos significativos para a História da Arte e da Arquitetura no Brasil, como as igrejas das Mercês, do Amparo, do Carmo, do Rosário, de São Francisco de Assis e do Senhor do Bonfim.

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes

(Tombamento federal: 1938)

A cidade foi chamada inicialmente de Ponta do Morro. O primeiro povoado foi atraído, em 1702, pelo ouro. A cidade gerou significativas edificações. A Igreja Nossa Senhora do Rosário é a mais antiga de Tiradentes, fundada em 1708. Reúne, na talha da capela-mor, elementos de gosto oriental, barroco e rococó. A Matriz de Santo Antônio tem a fachada com risco de autoria de Aleijadinho e em seu interior possui rica ornamentação.

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Ouro Preto

(Tombamentos federais: 1938 e 1986)

O ouro foi o principal motivo da primeira fixação populacional no sítio que era chamado Vila Rica, depois Ouro Preto. A mineração transformou Vila Rica em um centro urbano de intensa vida social e econômica. A aparência homogênea da arquitetura permanece no centro histórico de Ouro Preto. Um monumento de destaque é a antiga Casa de Câmara e Cadeia (1784), que hoje abriga o Museu da Inconfidência Mineira, centro de construção de memória histórica sobre o movimento.



Foto: Ilacema Gomes

Cidade histórica de Tiradentes, tombada em 1938

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana

(Tombamento federal: 1938)

Mariana tem sua origem ligada à exploração do ouro e recebeu os nomes de Vila do Ribeirão do Carmo, ou Vila do Carmo, e também Vila de Albuquerque. Através de carta régia datada de 23 de abril de 1745, Vila do Carmo foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Mariana, em homenagem a D. Maria Ana D'Austria, esposa de D. João V. Em todo período da Colônia foi a primeira vila, a única cidade e a principal capital de Minas Gerais. Monumento Nacional a partir de 1945, a antiga Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo foi ainda a única da província que teve seu traçado urbano planejado no período colonial, distanciando-se, nesse aspecto, das demais vilas do ciclo do ouro.



Casa de Câmara e Cadeia, Mariana em Minas Gerais

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas do Campo

(Tombamento federal: 1941)

Como a maioria dos núcleos urbanos de Minas Gerais, Congonhas se originou da mineração de ouro, no início do século XVIII. O povoado era considerado um dos centros de mineração de Minas Gerais. Na área central da cidade as praças se resumem naquelas implantadas junto às igrejas: Praça da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e da Basílica de Senhor Bom Jesus de Matozinhos.

Foto: Iracema Gomes



Igreja São Francisco de Assis em São João Del Rei

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Del Rei

(Tombamento federal: 1938)

A exemplo do ocorrido com outras cidades coloniais mineiras, originárias da atividade de exploração do ouro, a formação de São João Del Rei se deu com a aglutinação de pequenos núcleos surgidos junto a locais de mineração, descobertos a partir de 1704.

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro

(Tombamento federal: 1938)

Em torno da mineração surgiu a Vila do Príncipe do Serro do Frio, atualmente Serro. Seu principal conjunto arquitetônico é da segunda metade do século XVIII e se caracteriza pela homogeneidade e conservação dos sistemas construtivos (madeira e taipa). Dentre os conjuntos tombados, a Casa dos Ottoni se diferencia por ter sido residência dos irmãos Teófilo Benedito e Cristiano Ottoni, ambos importantes personalidades do cenário político no império brasileiro.

A ÁGUA VAI ACABAR?

E ali onde ela falta, pode-se transformar a água em mercadoria?


LEIA: "A SEDE DA TERRA"
DE MÁRCIO ANTÔNIO PACHECO
Mestre em Teologia Moral pela Academia Alfonsiana (Roma)

O homem sempre foi um predador de seu ambiente. Hoje, porém, sua ação não afeta apenas um local ou região, mas se faz sentir em escala mundial, como no fenômeno do aquecimento global.

Já falta água em vastas regiões do planeta. Por isso mesmo, o interesse dos diversos setores da sociedade pela água aponta para uma concentração das fontes de água nas mãos de poderosos grupos transnacionais.

Que diz a Doutrina da Igreja sobre os aspectos éticos da questão? Como suprir às necessidades de todos, em especial da população mais pobre?

Márcio Antônio Pacheco



172 p., 17 x 22,5 cm

LITAC

Ligue:
0800-317171
| ou pelo site |
www.olutador.org.br

Patrimônio nacional em Belo Horizonte

Bens culturais inscritos nos Livros de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan

Serra do Curral: Conjunto

Paisagístico (Tombada em 1960)

A Serra do Curral é o marco geográfico mais representativo da região metropolitana de Belo Horizonte. Apresenta um significado simbólico para a população, além de sua importância geológica, com registros de milhões de anos. Ela tem também o papel de proteger a cidade atuando como uma barreira natural, influenciando o clima da região. Composta de rochas de formação itabírica, a Serra do Curral Del Rei apresenta formação típica do conjunto que compõe o “Quadrilátero Ferrífero”. O tombamento federal incluiu o conjunto paisagístico do pico e da parte mais alcantilada, ou seja, a parte mais nobre da serra, resguardando apenas um trecho desta.



Serra do Curral, em Belo Horizonte

Pampulha: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico

(Tombada em 1997)

Na década de 40, a construção do complexo de lazer da Pampulha foi um marco importante na história da cidade. O prefeito Juscelino Kubitschek idealizou a construção de um conjunto de monumentos, de interesse social e recreativo, constituído, além do Cassino, do late Clube, da Casa do Baile, da Igreja, do Hotel (este não construído) e de uma casa de fim de semana para o próprio prefeito.

Todo o conjunto, composto pela capela, clube, cassino e casa do baile foi projetado por Oscar Niemeyer e construído em 1942, num prazo de aproximadamente nove meses. Atuaram também, o paisagista Burlie Marx, que projetou o entorno das edificações, o pintor Portinari, autor dos



Foto: Magda Ferreira

Interior da Igreja da Pampulha

murais e afrescos da Igreja de São Francisco de Assis e o escultor Alfredo Ceschiatti, responsável pela execução dos painéis em baixo-relevo da igreja e pelas esculturas dos jardins do Cassino. O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha é hoje o principal cartão-postal da cidade. A capela de São Francisco de Assis, incluindo suas obras de arte, foi objeto de tombamento individual em dezembro de 1947,

O Museu de Arte da Pampulha, antigo cassino, faz parte do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha



Foto: Iracema Gomes



O casarão, onde funciona o Museu Histórico Abílio Barreto, é a única construção intacta da época do antigo Arraial Curral Del Rei, atual cidade de Belo Horizonte

constituindo-se no primeiro monumento moderno sob proteção federal.

Casa da Fazenda do Leitão (Tombada em 1951)

A casa da antiga Fazenda do Córrego do Leitão foi construída por volta de 1883, por José Cândido da Silveira, constituindo-se no único exemplar arquitetônico remanescente do antigo Arraial do Curral Del Rei que, no final do século XIX, foi demolido para dar lugar à construção de Belo Horizonte. A partir de 1943, passou a abrigar o Museu Histórico de Belo Horizonte, que atualmente leva o nome do historiador Abílio Barreto, um de seus fundadores.

Lavatório da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem (Tombado em 1960)

A Matriz da Boa Viagem do antigo Curral Del Rei foi demolida em 1920 e reconstruída em 1932. Da velha matriz restaram o lavabo de pedrasabão, no qual está inscrita a data de 1793, e o retábulo lateral.

Presépio do Pipiripau, localizado em Belo Horizonte no Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais

Presépio do Pipiripau (Tombado em 1984)

O Presépio do Pipiripau foi criado e armado por Raimundo Machado de Azevedo no período compreendido entre 1906 e 1976. A origem do nome deve-se ao fato da sua localização inicial, na antiga Colônia Américo Werneck, região denominada Pipiripau. Instalado no Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, desde 1983, o Pipiripau é composto por 45 cenas distintas, entre religiosas (cenas da vida de Cristo) e profanas, dispostas, sem a preocupação de seqüência cronológica, em cinco planos, onde as pinturas das paredes laterais e do fundo dão continuidade e unidade às cenas. As 580 figuras estão colocadas em um cenário de 4 metros de largura, 3,20 metros de altura e 4 metros de profundidade.

Foto: Iracema Gomes



Patrimônio cultural imaterial

Queijo, samba e acarajé

O que têm em comum: o modo de fabricação do queijo Minas, o samba do Rio de Janeiro, a Feira de Caruaru e o ofício das paneleras de Goiabeiras ou das baianas de acarajé? São todos bens culturais imateriais registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, ou seja, são reconhecidos como importantes manifestações culturais do Brasil.

O modo artesanal de fabricação do queijo em Minas Gerais foi registrado como patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, em junho de 2008. O pedido ao Iphan partiu de uma demanda dos próprios produtores artesanais, em 2001, quando foram obrigados a se enquadrarem na legislação sanitária. As normas sanitárias que exigiam a pasteurização se confrontavam com a tradição do queijo produzido com leite cru. Após chegarem a um acordo sobre os padrões a serem seguidos pelos produtores, a fabricação do queijo manteve sua essência e tradição. Atualmente, o estado produz mais de 26 mil toneladas de queijo artesanal por ano, segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais, Emater-MG. Antes de conceder o título de patrimônio cultural nacional, o Iphan realizou inventários em pontos distintos do estado, como na Serra da Canastra, na Serra do Salitre e na região da cidade histórica do Serro, onde predominam fazendas que mantêm a tradição do artesanal queijo mineiro.

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Iepha-MG, já havia reconhecido, em 2002, a técnica de fabricação do queijo como patrimônio imaterial. Com o registro nacional, os produtores esperam mais incentivos, projetos de educação patrimonial e qualificação profissional para a tradicional prática, as chamadas ações de salvaguarda.

Bens Registrados

Diferentemente dos bens culturais materiais, que são tombados, os bens culturais imateriais são registrados e agrupados pelo Iphan por categoria, em diferentes livros: Livro de Registro dos Saberes, para os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro de Celebrações, para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entre-

Foto: Desfile Ruas



Com o registro de Patrimônio Cultural Imaterial, o processo de fabricação do queijo mineiro mantém sua essência e tradição

tenimento e outras práticas da vida social; Livro de Registros das Formas de Expressão, para as manifestações artísticas em geral; e Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

Planos de Salvaguarda

De acordo com o Iphan, “salvaguardar um bem cultural de natureza imaterial é apoiar sua continuidade de modo sustentável. É atuar no sentido da melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência”.

Os processos de inventário e registro dos bens culturais imateriais identificam as principais formas de salvaguarda, que podem ser ajuda financeira aos detentores dos saberes específicos, a organização comunitária ou um maior acesso a matérias-primas.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial já realizou os seguintes Planos de Salvaguarda: Kusiwa - Linguagem e Arte Gráfica Wajãpi; Samba de Roda do Recôncavo Baiano; Ofício das Paneleras de Goiabeiras e Modo de Fazer Viola-de-Cocho.

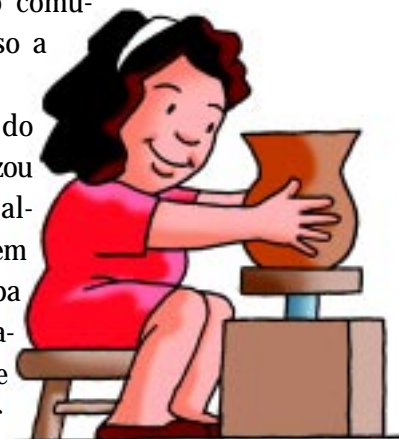


Ilustração: Emídio

Bens culturais imateriais brasileiros

(Registrados no Iphan até junho de 2008)

Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Kusiwa - Linguagem e Arte Gráfica Wajãpi (Tombado pela Unesco); Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Samba de Roda do Recôncavo Baiano (Tombado pela Unesco); Modo de Fazer Viola-de-Cocho; Ofício das Baianas de Acarajé; Jongo no Sudeste; Cachoeira de Iauaretê; Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri; Feira de Caruaru; Frevo; Tambor de Crioula do Maranhão; Samba do Rio de Janeiro; Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas.

Processos de registro em andamento

Capoeira; Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão; Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis; Localidade de Porongos; Festa de São Sebastião, do município Cachoeira do Arari, da Ilha de Marajó; Festas do Rosário; Ritual Yãkwa do povo indígena Enawenê Nawê; Artesanato Tikuna/AM; Farmacopéia Popular do Cerrado; Circo de Tradição Familiar; Modo de Fazer Renda Irlandesa; Lugares Sagrados dos Povos Indígenas Xinguanos/MT; Linguagem dos Sinos nas Cidades Históricas Mineiras São João Del Rei, Mariana, Ouro Preto, Catas Altas, Serro, Sabará, Congonhas e Diamantina; Mamulengo; Feira de São Joaquim, Salvador/BA.

Patrimônio imaterial mundial

Obras-primas da humanidade

Foto: Arquivo Iphan



Arte dos índios Wajãpi

Em 1997, a Unesco criou uma nova distinção internacional intitulada Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, concedida a espaços ou locais onde são regularmente produzidas expressões culturais e manifestações da cultura tradicional e popular. A criação do título teve o objetivo de dar maior visibilidade às manifestações e mostrar a necessidade de sua salvaguarda, uma vez que compõem o diversificado tesouro cultural do mundo.

A proclamação das Obras-primas acontece de dois em dois anos, com a escolha das candidaturas oferecidas pelos países a cargo de um júri internacional. A primeira, ocorrida em 2001, selecionou 19 bens. Em 2003, mais 28 itens foram acrescentados à lista das Obras-primas da Humanidade, entre eles a Kusiwa - Linguagem e Arte Gráfica Wajãpi, candidatura preparada pelo Museu do Índio, que retrata uma técnica de pintura e arte gráfica própria da população indígena Wajãpi, do

Amapá. A terceira proclamação ocorreu em novembro de 2005, com mais 43 integrantes da lista do patrimônio oral e imaterial. Mais uma vez o Brasil foi contemplado com a inclusão do Samba de Roda do Recôncavo Baiano, uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva significativa da cultura brasileira.

Foto: Arquivo Iphan



Samba de Roda: reconhecido pela Unesco



Foto: Arquivo Iphan

Samba de Roda do Recôncavo Baiano

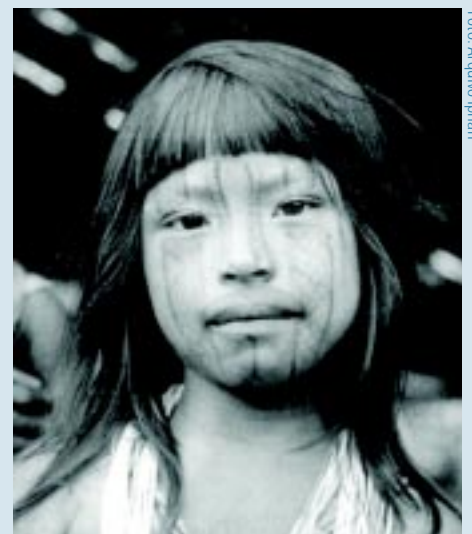


Foto: Arquivo Iphan

Além de ser patrimônio cultural imaterial brasileiro, a Kusiwa - Linguagem e Arte Gráfica dos índios Wajãpi, do Amapá - foi reconhecida como patrimônio imaterial mundial

Patrimônio cultural imaterial

Renda turca de bicos de Sabará

No início do século passado, na cidade mineira de Sabará, a artesã Nair Pinto criou a “renda turca de bicos”, uma variação da renda turca, arte manual introduzida no país provavelmente no século XVIII por artesãos estrangeiros.

Já em idade avançada e preocupada com o desaparecimento de sua criação, Nair Pinto transmitiu as técnicas da renda turca de bicos a Nilza Starling Almeida, que, por sua vez, por meio do Programa Educativo do Museu do Ouro, com o incentivo da museóloga Maria Luiza Querini, distribuiu o conhecimento adquirido, garantindo assim a preservação dessa técnica. Essa “reinvenção” foi

transmitida a outras rendeiras locais. Desde então algumas centenas de pessoas

Nilza Starling Almeida, de 81 anos, que aprendeu a renda turca de bicos com a criadora da técnica dona Nair Pinto, transmite a arte manual para as rendeiras locais

aprenderam esse saber e o enriqueceram. A técnica de feitura da renda turca de bicos encontra-se registrada como Bem Cultural de Natureza Imaterial, por meio de um decreto municipal em 2002 e passou a ser transmitida somente a pessoas da cidade de Sabará, como forma de preservação da cultura local.

De acordo com a artesã Nayla Eliane Starling Almeida, filha de dona Nilza, a técnica usada é uma releitura da renda turca circular tradicional, com a utilização de agulhas de tapeçaria, um bastão e linhas de carretel ou até mesmo barbante. Nayla também trabalha com a renda turca de bicos e participa de exposições em várias partes do país para mostrar o trabalho típico da cidade de Sabará.

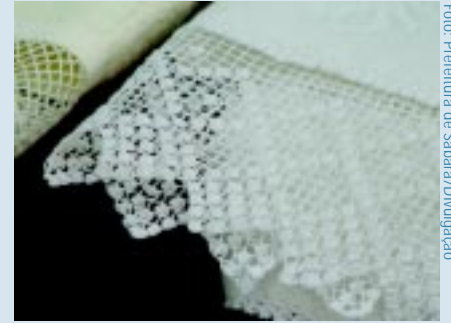


Foto: Prefeitura de Sabará/Divulgação

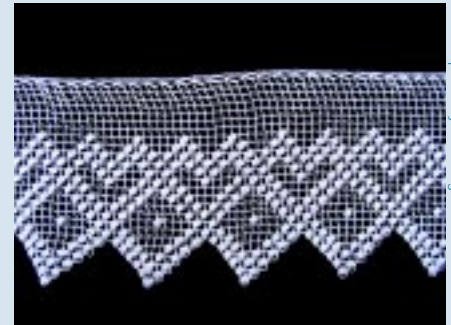


Foto: Arquivo Nayla Starling

Renda turca de bicos, de Sabará



Foto: Arquivo Nayla Starling

Tradição em Alvorada de Minas

A renda turca tradicional, um pouco diferente da renda turca de bicos, de Sabará, também é preservada por artesãs de Alvorada de Minas, cidade mineira localizada na região de Diamantina. Com paciência e dedicação à arte, um grupo de mulheres mantém a tradição de entrelaçar os fios usando agulha, linha, um palito e um pequeno pedaço de ferro.

Em Alvorada de Minas, as fiadeiras, como são conhecidas as mulheres que fazem o fio a partir do algodão, perpetuam a arte, transformando a renda turca em enfeites, roupas e bolsas. Lindaura Amaral é uma destas pessoas que resgata a tradição em Alvorada de Minas. “Eu aprendi a fazer a renda turca há trinta anos. Bastam agulha, linha, um pequeno pedaço de arame e outro de madeira, em forma de um palito, para começar a fazer a renda”, ensina.

Ela conta que, em quase todos os quintais da cidade, encontra-se o algodão, matéria-prima para a confecção do fio que é usado para fazer a renda. O algodão é descaroçado

e colocado manualmente num fuso, um objeto simples de madeira onde vai se tornando um fio. Tradição na cidade, Lindaura conta que quase todas as senhoras mais idosas sabem fazer a renda turca e que agora é a vez de ensinar para as mais jovens a técnica, para manter viva esta arte manual. Lindaura participa de feiras e exposições para divulgar o trabalho que faz junto com outras quinze



Foto: Deirée Rusas

As artesãs da cidade de Alvorada de Minas, Vilma Rodrigues, Lindaura Amaral e Marta Moreira



As artesãs de Alvorada de Minas: descaroçando o algodão; colocando o algodão em forma de fio no fuso e confeccionando a renda turca com agulha comum, palito e um pedaço de ferro

mulheres da cidade em uma associação. Marta Moreira e Vilma Rodrigues também acompanham Lindaura neste trabalho de divulgação da renda.

Outras artesãs

Diferente do tricô e do crochê, as técnicas da renda turca são conhecidas e praticadas em poucos locais no Brasil. Todas as variações da renda turca tradicional usam o mesmo nó dado pelos pescadores na fabricação de suas redes.

Nos estados da Paraíba e de Alagoas, uma técnica semelhante à renda turca recebe o nome de singeleza. Na cidade alagoana de Marechal Deodoro, o projeto “(Re)Bordando o Bico Singeleza” mantém viva a arte de dona Maria do Carmo Nunes da Silva ou dona Marinita, como era chamada a artesã que faleceu em 2006, aos 82 anos de idade. Durante muito tempo, dona Marinita era a única pessoa que sabia a técnica de confecção do bico singeleza na região e improvisava com talos de coqueiro para a confecção da renda.

Para não deixar que a arte da singeleza caia no esquecimento, Adriana Guimarães, arquiteta e coordenadora do Programa Pró-Memória da Secretaria de Cultura de Alagoas, vem elaborando o dossiê que fundamenta o pedido de inscrição da técnica como patrimônio imaterial junto ao Iphan. Adriana e Josemary Ferrare foram as idealizadoras do projeto “(Re)Bordando)”

que resgata e repassa a técnica para outras artesãs e que começou com a ajuda de dona Marinita. As aprendizes recebem um “kit singeleza”, que inclui um DVD sobre o processo de

Kit Singeleza: Camiseta, DVD e cartilha do projeto de Alagoas



Foto: Solange Oliveira



Peças produzidas pela artesã e professora de renda turca, Solange Oliveira, de Bauru: ao lado, boleros feitos com a renda turca e abaixo bolsa com aplicação da renda, que também pode ser colocada em enfeites e bijuterias



“fazimento” do bordado e um manual didático que explica, em 22 passos, como se tornar uma “guardiã do saber”.

Na cidade de Jaguapitã, no Paraná, dona Maria Perboni Marcelino, de 89 anos, também confecciona peças com a renda singeleza. Dona Maria está sempre inventando novas formas de utilizar a renda em peças de decoração e em roupas.

Na cidade de Bauru, interior paulista, a artesã e professora da técnica Solange Oliveira faz a renda turca há mais de 35 anos. Ela também busca inovar com os usos da renda turca e trabalha para manter viva a arte que aprendeu aos 14 anos de idade. Ela criou um *site* para trocar informações sobre o assunto e uma revista que ensina a técnica passo-a-passo. As peças como casacos, xales e toalhas de mesa feitas por Solange têm pontos em forma de losango, diferente da técnica das artesãs de Sabará que faz com que os pontos fiquem em forma de quadrado. Ela explica que a renda turca é uma arte manual muito antiga, provavelmente originada da Palestina. Conta que quem desenvolve a arte improvisa as agulhas e o suporte usando palitos, bambu fino, lápis e até ferros de armação de sombrinha.

Para quem quiser mais informações sobre a técnica, o *site* de Solange Oliveira é www.rendaturca.com.br. A revista Renda Turca que ensina a técnica é vendida pelo *site* www.edminuano.com.br ou pelo telefone (11) 3966-5511.



Dona Maria Perboni, do Paraná, também confecciona a renda singeleza (foto acima)

A produção de doces em São Bartolomeu

Em São Bartolomeu, distrito de Ouro Preto, a tradicional produção de doces artesanais recebeu, em abril de 2008, o registro de primeiro Bem Imaterial do município. O reconhecimento como patrimônio cultural de Ouro Preto é fruto de um trabalho de três anos que envolveu a comunidade no processo de construção do Inventário de São Bartolomeu. Foram realizadas pesquisas, entrevistas orais e oficinas com os doceiros, além de registro fotográfico e filmagens da produção. Além disso, foi revitalizada, em conjunto com a Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Bartolomeu, a Festa da Goiaba, celebração da comunidade tradicionalmente realizada no fim da colheita, e que marca também o final da produção da reconhecida goiabada-cascão.

A produção de doces de São Bartolomeu se caracteriza por quatro elementos fundamentais: ela é tradicional, artesanal, está associada ao modo de viver da comunidade local, sendo inclusive, geradora da sua principal renda e tem como produtor o núcleo familiar. Ela é tradicional porque existe registro de sua produção há mais de dois séculos e está presente na história das famílias atuais por mais de três gerações. É artesanal porque não utiliza nenhuma técnica industrial para a fabricação dos doces, sendo todos os utensílios de fabricação própria, feitos com materiais da região, além de utilizar fôgo a lenha. Somente

Foto: Desirée Ruas



O modo de produção dos doces artesanais do distrito de São Bartolomeu é patrimônio imaterial de Ouro Preto

na sua comercialização é que são utilizados elementos externos à cultura local e de origem industrial, por orientação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa.

O núcleo familiar é quem produz os doces. Na família doceira, geralmente o pai recebeu o saber-fazer do pai ou avô e o passa a todos os filhos que ajudam, primeiramente nas tarefas mais leves, como na colheita e limpeza da fruta, e depois na produção do doce.

Conte sua história

Museu da Pessoa

No Ano Internacional das Línguas, a Unesco e o Museu da Pessoa lançam a campanha "Cada pessoa, uma história. Cada história, uma língua" cujo objetivo é reconhecer e valorizar, por meio de histórias de vida, o papel desempenhado pela língua materna como elemento constituinte da identidade de cada um e da sua relação com o mundo.

A Unesco no Brasil e o Museu da Pessoa convidam a todos para registrarem suas histórias, que podem abordar, por exemplo, a cultura de uma região, a importância da língua na sobrevivência daquela cultura, a própria história da língua ou até mesmo as experiências individuais de falantes de línguas diferentes.

Como participar

O Museu da Pessoa é um museu virtual de histórias de vida e sua missão é contribuir para que a história de cada pessoa seja valorizada pela sociedade. No portal www.museudapessoa.net ou no *site* www.museudapessoa.net/campanhaunesco foi criado um ambiente virtual para a divulgação e inserção de histórias pelo público em geral, que podem ser escritas sob a forma de textos, pequenos vídeos e gravações. As histórias serão reunidas em um banco de dados que, futuramente, contribuirá para formular políticas públicas que favoreçam a diversidade linguística.

Reprodução do site



Acesse www.museudapessoa.net

Você sabia que...

Contra a destruição

Tombamento é a primeira ação a ser tomada para a preservação dos bens culturais materiais, na medida que impede legalmente a sua destruição. Neste caso, o tombamento preserva não só a memória coletiva, como também todos os esforços e recursos já investidos para sua construção. A preservação somente se torna visível para todos quando um bem cultural material se encontra em bom estado de conservação, propiciando sua plena utilização. O tombamento pode ser solicitado por qualquer cidadão. Já o pedido de registro de um bem cultural imaterial deve ser realizado pelo Ministério da Cultura e suas instituições, secretarias estaduais ou municipais, sociedades ou associações civis. Os pedidos devem ser feitos por escrito, apontando os valores a serem preservados, com a devida fundamentação.

A cidade é o patrimônio

Toda cidade tem seu patrimônio histórico que pode ser tombado pelo poder público ou não. Ele é formado pelas manifestações artísticas, pelo modo de viver e pela própria imagem da cidade com seus elementos naturais e construções humanas. Belo Horizonte, por exemplo, completou 110 anos em 2007. O patrimônio que a cidade possui hoje é resultado das sucessivas transformações criadas e vividas por seus habitantes em mais de um século de existência. Os prédios, as avenidas, as praças, as paisagens diversas, a diversidade de sua cultura e seus costumes compõem a identidade da cidade e são referências simbólicas e afetivas para seus habitantes.

Patrimônio Arqueológico

Atualmente, cerca de 10 mil sítios arqueológicos já foram identificados pelo Iphan. Todos os sítios arqueológicos são definidos e protegidos pela Lei nº 3.924/61, sendo considerados bens patrimoniais da União. O tombamento de bens arqueológicos é feito, excepcionalmente, por interesse científico ou ambiental. São considerados sítios arqueológicos os locais que apresentam inscrições rupestres, testemunhos ou vestígios da cultura dos paleoameríndios. São tombados: Sambaqui do Pindaí, São Luís/MA; Parque Nacional da Serra da Capivara, São Raimundo Nonato/PI; Inscrições Pré-Históricas do Rio Ingá, Ingá/PB; Sambaqui da Barra do Rio Itapitanguí, Cananéia/SP; Lapa da Cerca Grande, Matozinhos/MG; Quilombo do Ambrosio: remanescentes, Ibiá/MG; e Ilha do Campeche, Florianópolis/SC.

Jardins e parques históricos

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, iguala o patrimônio natural ao patrimônio histórico e artístico nacional, tornando monumentos naturais jardins, parques e paisagens passíveis de tombamento. Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público e, como tal, é considerado monumento.



Maria-fumaça que liga Mariana e Ouro Preto

Foto: Desirée Ruas



Praça da Liberdade, em Belo Horizonte

Foto: Iracema Gomes



Centro histórico de Salvador, Bahia



Centro histórico de Aracaju, Sergipe

Foto: Alice Okawara

Você sabia que...

Tesouros da Estrada Real

O termo Estrada Real refere-se aos caminhos trilhados pelos colonizadores desde a descoberta do ouro em Minas Gerais até o período de sua exaustão. Um mapa interativo para registrar os bens culturais existentes nos 1,4 mil quilômetros da Estrada Real foi realizado por pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Puc-Minas. Seis mil fotografias, centenas de documentos e histórias contadas pela comunidade fazem parte do acervo do projeto "O uso da tecnologia digital na preservação e conservação do patrimônio cultural da Estrada Real: um mapeamento interativo". O ponto de partida da pesquisa foi a cidade de Diamantina, passando a seguir por 162 cidades mineiras, oito no Rio de Janeiro e sete em São Paulo. Os pesquisadores pretendem distribuir o material nas bibliotecas das cidades que integram o circuito turístico da Estrada Real.

Foto: Iracema Gomes



Estrada Real: cidade de Paraty, no Rio de Janeiro

Patrimônio e sustentabilidade

O Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan. Sua proposta é agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizados nas áreas do Programa, por meio de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, programas educativos e promoção de atividades econômicas, como o estabelecimento de novos usos para os imóveis e monumentos recuperados. O Monumenta - que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, e o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco - procura garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio Cultural Material. Para saber mais: www.cultura.gov.br ou pelo telefone (61) 3316-2000.

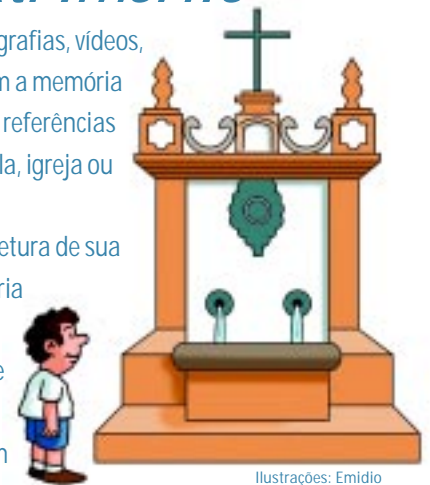
Pequenas ações pela preservação do patrimônio

O registro da vida nas cidades é uma forma de preservar o nosso patrimônio material e imaterial. Fotografias, vídeos, entrevistas e desenhos que retratam o cotidiano das pessoas no bairro onde moram também preservam a memória urbana de toda a cidade. A história local ajuda a contar a história da cidade como um todo pelas referências culturais importantes para a identidade dos moradores. Que tal criar um Projeto Memória na sua escola, igreja ou associação de bairro?

Um olhar cuidadoso sobre os grandes centros urbanos nos revelam muitas surpresas. Aprecie a arquitetura de sua cidade, os monumentos e espaços históricos. Valorize ações públicas e privadas que preservam a memória das cidades.

Estimule as crianças a verem o antigo não como algo velho ou ultrapassado mas sim como algo de muito valor e que tem grande importância para toda a sociedade.

Mantenha, sempre que possível, as características originais de sua residência, e lembre-se que, em algum tempo, ela será referência para contar a história de um bairro.



Ilustrações: Emídio



Informações:
(31) 3295-6546 ou 9985-3185
(Evaldo Negreiros)
trilhasdagua@superig.com.br

PARCERIA: TRILHAS D'ÁGUA - CEI

Pacotes, excursões e passagens aéreas nacionais e internacionais

- **Fins de semana ecológicos** preparados especialmente para o CEI (Parques Estaduais e Nacionais, Estrada Real - Circuito do Ouro, Cidades Mágicas do Sul de Minas, entre outros).
- **Trelnamento empresarial** com esportes de aventura.
- **Roteiros personalizados** para grupos, empresas, escolas e associações.
- **Santiago de Compostela** - Espanha - Uma Proposta de Autoconhecimento Saídas em grupo: Setembro de 2008. (**Roteiro Especial do Caminho de Santiago na França Via Podiensis - Le Puy-en-Velay/Figeac e Cidades-santuários na França** - De 01 a 30/09/2008 - Peregrinação a pé - 270 Km - 17 dias (média de 16km/dia) + Circuito das Cidades Sagradas (7 dias) + Paris (3 dias)
- **Machu Picchu** - A Cidade Sagrada dos Incas (consultar programação).



Espaço da Florinda

Um lugar, muitas recordações...

O nosso patrimônio é feito de muitas coisas: pessoas, sentimentos, valores, objetos, recordações. A história da nossa casa guarda um pouco de tudo isso. O lugar onde passamos nossa infância, onde moramos atualmente e onde ainda vamos morar fazem parte de nós.

Toda casa tem uma história porque as pessoas que moram ali são como personagens de uma peça de teatro ou de um desenho animado. Elas conversam, se ajudam, se divertem, estudam, trabalham, cuidam do espaço compartilhado, festejam aniversários, contam fatos do passado e suas memórias, choram, riem, às vezes brigam e depois fazem as pazes. Porque uma casa é feita com algo mais do que tijolos e cimento, telhas e madeira, azulejos e tinta. Toda casa é feita também de sentimentos e emoções que percebemos seja quando a casa está cheia de pessoas que não se viam há muito tempo, seja quando a casa está vazia sentindo a falta de alguém.

E a sua casa? Como ela é? Assim como existe o patrimônio cultural espalhado pela nossa cidade, há também um patrimônio em nossas casas. Você sabe dizer como é o patrimônio cultural de sua família? Sabe diferenciar o bens culturais materiais dos imateriais? Objetos antigos, que pertenceram a seus antepassados, são exemplos de bens culturais materiais. As histórias, as receitas culinárias, as brincadeiras e as tradições, que são específicas de seus familiares, são bens culturais imateriais. Enquanto você pode segurar, fotografar, filmar um quadro ou uma cadeira, outras coisas como os casos, as canções, as histórias que ouvimos desde crianças fazem parte de nossa história, mas só existem quando as pessoas falam ou escrevem sobre elas e por isso são chamadas imateriais. Procure se lembrar das histórias de sua família. Pergunte a seus pais, tios e avós. Faça um pequeno livro e



Ilustração: Emídio

registre-as. Ilustre os principais acontecimentos que marcaram a história de sua família. Fotografe ou desenhe as peças antigas como roupas, móveis, quadros e brinquedos que você tem em casa. Transforme a sala de aula em um museu e faça uma exposição sobre o patrimônio cultural material e imaterial de cada um. Depois mande uma carta ou e-mail para a Revista Ecologia Integral contando esta experiência.

O meu lugar...



Foto: Wagner Luciano

"Meu nome é Tamara Cristina Peixoto, tenho 8 anos e amo a natureza. Mando esta foto onde estou na Serra da Tapera, divisa dos municípios de Desterro de Entre Rios e Piracema, em Minas Gerais, onde moro, lugar de muito verde e nascentes, que foi caminho de Fernão Dias, em 1680, e que está ameaçada por uma mineração."

O que eu faço para reduzir, reutilizar e reciclar?

Casinha divertida

Os primos Lucas Drummond e Laura de Lucca, de Belo Horizonte, apresentam a casinha de caixas de leite construída com a ajuda do avô Juez Alves. Para a construção da casa foram necessárias 600 caixas de leite e de suco, além de fita adesiva, dois pedaços de bambu ou madeira e arame para dar sustentação ao telhado. Com uma porta e duas janelas laterais, a casinha tem 1,80 m de altura, 1,5 m de largura e 1,3 m de profundidade.

Mande a sua colaboração para o Espaço da Florinda. Pode ser uma fotografia, um desenho, uma história ou uma idéia de reutilização de resíduos. Envie pelo e-mail revista@ecologiaintegral.org.br ou por carta para o Centro de Ecologia Integral. Rua Bernardo Guimarães, 3101 - Sala 206 - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte Minas Gerais - Cep: 30140-083.



Foto: Destirde Rivas

Museu de Artes e Ofícios

Acervo retrata o trabalho na era pré-industrial

Quem visita Belo Horizonte ou mora na cidade e percorre o Museu de Artes e Ofícios, MAO, faz um viagem no tempo. Seus ambientes recriam, com riqueza de detalhes, o universo do trabalho, das artes e dos diversos tipos de ofícios existentes no passado, no primeiro museu do gênero existente no país. É o tipo de passeio que deve ser feito sem pressa, para que se possa apreciar cada detalhe de cada ambiente, em seus 9.200 metros quadrados. Além das peças em exposição, o visitante também faz um passeio virtual com imagens e sons, aliando a tecnologia à divulgação da história. O MAO reserva outra surpresa: apenas um vidro separa o acervo do Museu e o metrô, cenário real da cidade, um encontro entre os trabalhadores de ontem e os de hoje.

A extensa coleção que compõe o acervo do Museu de Artes e Ofícios possui mais de 2.200 peças originais dos séculos XVIII ao XX. Foi iniciada há cerca de cinquenta anos e doada ao patrimônio público pela colecionadora e empreendedora cultural Angela Gutierrez. São ferramentas, utensílios, máquinas e equipamentos diversos que, individualmente ou em conjunto, conduzem cada visitante a uma identificação com o universo do trabalho ali referenciado.

A colecionadora, segundo depoimento disponível no *site* do Museu, conta que aprendeu com o pai, Flávio Gutierrez, o valor das peças que resgatam um pouco da nossa história. Ela relata que ele, quando viajava por pequenas cidades e fazendas do interior do país, sempre trazia consigo alguma peça das cozinhas, quintais ou moendas. Desta forma nasceu o primeiro Museu de Artes e Ofícios do Brasil que abrange 27 categorias de ofícios.

Para que o MAO se tornasse realidade foi necessário o trabalho de mais de 700 profissionais de diversas áreas, cujos nomes estão registrados em um dos corredores do Museu. Iniciativa do Instituto Cultural Flávio Gutierrez, ICFG - que tem por objetivo a preservação, difusão e valorização do patrimônio cultural brasileiro - em parceria com o Ministério da Cultura e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, CBTU, o Museu de Artes e Ofícios está instalado em dois prédios antigos, de grande importância arquitetônica, tombados pelo patrimônio público, na Praça da Estação, marco inaugural da cidade.



Foto: Miguel Aun/Divulgação MAO



Foto: Miguel Aun/Divulgação MAO



Foto: Miguel Aun/Divulgação MAO



Foto: Miguel Aun/Divulgação MAO

O Museu de Artes e Ofícios reúne mais de 2.200 peças dos séculos XVIII ao XX

Foto: Miguel Aun/Divulgação MAO

Foto: Alice Okawara



Estação Central da capital mineira: Museu de Artes e Ofícios

Localização:

O Museu de Artes e Ofícios fica localizado na Praça da Estação, s/n, centro de Belo Horizonte. Informações pelo telefone (31)3248-8600 ou pelo *site* www.mao.org.br. Funcionamento: de terça a domingo. Entrada gratuita para todos às quartas (17h às 21h) e aos sábados (11h às 17h).



Os visitantes conhecem instrumentos e processos que deram origem a diversas profissões

Serra da Piedade em perigo

Movimento em defesa de um patrimônio nacional ameaçado pela mineração

A Serra da Piedade, localizada no município mineiro de Caeté, divisa com Sabará, possui relevância histórica, paisagística, religiosa e cultural, e por isso conta com três tombamentos: um federal, um estadual e outro municipal. Mas, apesar disso, a área do monumento, o Santuário Nossa Senhora da Piedade, construído em 1767, e seu entorno ainda sofrem a ameaça da mineração. No âmbito federal, o Santuário foi tombado em 1956 e já àquela época um dos fundamentos para justificar a necessidade do tombamento foi a existência de uma mineração na base da Serra.

Mobilização da comunidade

Para a promoção de ações pacíficas em proteção ao Santuário e seu entorno nasceu o movimento da sociedade civil organizada SOS Serra da Piedade, resultado da mobilização de moradores da cidade de Caeté em 2001, quando a empresa mineradora existente no local pediu a expansão de suas atividades. O Movimento reivindica a efetivação da proteção prevista em lei para os locais que são tombados. Segundo Alice Okawara, integrante do SOS Serra da Piedade, “o tombamento feito pelo Iphan em 1956 abrange apenas o Santuário de Nossa Senhora da Piedade.

Foto: Alice Okawara



Movimento SOS Serra da Piedade: ações em defesa da Serra

Se o tombamento federal tivesse sido mais abrangente não haveria a exploração de minério no local, que começou a ser realizada na década de 70”.

Em janeiro de 2006, as atividades de exploração mineral na Serra da Piedade foram suspensas pela Justiça Federal por força de uma liminar expedida em dezembro de 2005, resultado de uma ação civil pública movida pelos

Ministérios Públicos Federal e Estadual e pelo Iphan contra a empresa mineradora, a Fundação Estadual do Meio Ambiente, Feam, e o Estado de Minas Gerais. A ação civil pública pedia a imediata cessação da exploração minerária na Serra da Piedade e a proibição da realização de qualquer ato administrativo pela Feam e pelo Conselho Estadual de Política Ambiental, Copam, tendente à renovação das licenças e à con-

O conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário de Nossa Senhora da Piedade está localizado em um dos picos mais elevados da cordilheira do Espinhaço, reconhecida pela Unesco como Reserva da Biosfera, com altitude de 1.783 metros

Foto: Alice Okawara





Dois ângulos da Serra da Piedade: de um lado estão localizados, além do Santuário Nossa Senhora da Piedade, padroeira de Minas Gerais, o Observatório Astronômico da UFMG e os radares do Cindacta, uma das unidades que controla o espaço aéreo; do outro lado, as marcas da mineração suspensa pela Justiça Federal em 2005

necessita, em razão de seus tombamentos e de suas unidades de conservação. Maria Teresa enfatiza também que, cada vez mais, fica evidente como o aumento do consumo é prejudicial para os bens naturais e culturais do planeta. Se o consumo cresce do outro lado do mundo, no Japão ou na China, aumenta a pressão sobre o meio ambiente, especialmente em Minas Gerais, estado rico em minério de ferro e em outras partes do Brasil, país exportador desta e de tantas outras matérias-primas para a indústria.

Turismo sustentável e empregos

Aqueles que defendem a continuidade das atividades mineradoras na região alegam que a exploração do minério de ferro gera empregos para os moradores do entorno. Já para os ambientalistas e defensores do patrimônio cultural da Serra da Piedade, a sua preservação e o incremento do turismo na região geram um número muito maior de empregos e com maiores benefícios a curto, médio e longo prazos, se

comparados com a destruição deixada pela mineração.

Monumento Natural

A Serra da Piedade foi tombada em 1989 como Monumento Natural pela Constituição Estadual de Minas Gerais, assim como a Serra da Caraça e do Ibitipoca, e os Picos de Itabirito, do Ibituruna e do Itambé, entre outros acidentes geográficos de grande importância paisagística, histórica ou científica. Mas a definição de seus limites de conservação só aconteceu 15 anos depois, em junho de 2004, quando foi sancionada a Lei nº 15.178, conforme previsto pela Constituição Estadual em 1989. Os parâmetros que nortearam a delimitação do perímetro de proteção estabelecido pela Lei nº 15.178/2004 são, dentre outros, o tombamento federal feito em 1956; o tombamento do município de Caeté em 2001 e as características de alta declividade da região o que, segundo a legislação florestal, já é considerada área de preservação permanente. De acordo com as informações contidas no documento “Biodiversidade em Minas Gerais - um Atlas para a

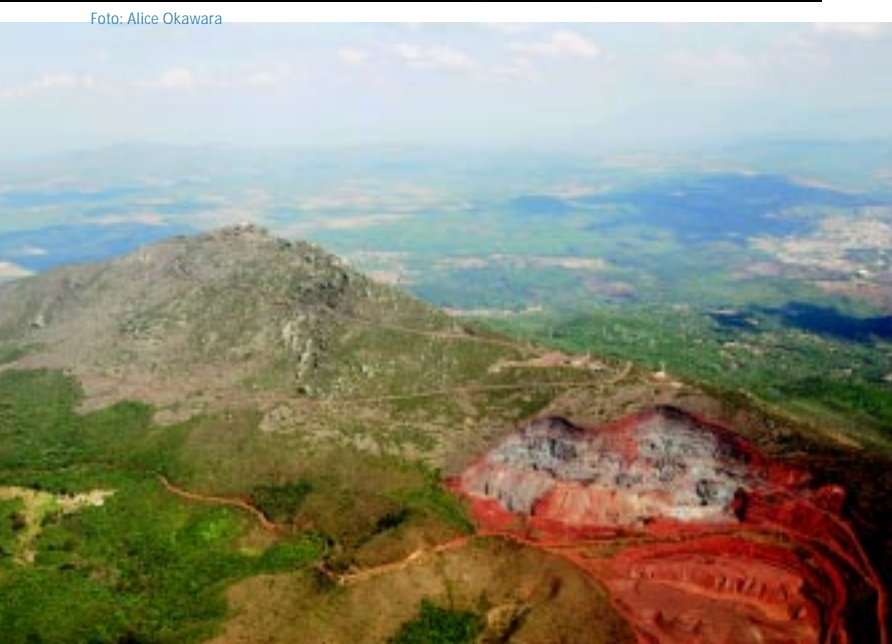


Foto: Alice Okawara

Foto: Alice Okawara

cessão de licenças prévias na área protegida da Serra da Piedade.

Pela defesa do patrimônio

Para Alice Okawara, “a mineração na Serra da Piedade é totalmente inadmissível. Os impactos negativos da atividade minerária são previsíveis e colocam a Serra da Piedade - infelizmente tão cobiçada pelo setor minerário, por ser uma montanha de ferro de excelente teor - em risco de destruição irreversível, comprometendo também os mananciais de água. Aliás, as grandes alterações produzidas na paisagem da Serra, em razão da exploração minerária já realizada, demonstram a total incompatibilidade de tal atividade naquela região”.

Uma outra integrante do Movimento, Maria Teresa Corujo, explica que a mineração é importante para o desenvolvimento econômico do país mas, por ser uma atividade prejudicial ao meio ambiente, não é condizente com os cuidados especiais que a região da Serra da Piedade



Patrimônio da Serra: Santuário de Nossa Senhora da Piedade, construída em 1767; altar da igreja e escultura de Alfredo Ceschiatti

Conservação”, a região da Serra da Piedade funciona como laboratório natural para a evolução dos anuros do sudoeste do Brasil e possui espécies da flora ameaçadas de extinção, além de espécies de bromélias endêmicas. E, finalmente, outro aspecto considerado importante para a delimitação do Monumento Natural diz respeito aos seus recursos hídricos, pois, nessa área, encontram-se mais de 80 nascentes conhecidas, com águas de classe especial e classe 1, constituindo importantíssimos mananciais para o abastecimento das populações dos municípios de Caeté e Sabará e para o equilíbrio do ecossistema local.

Movimento SOS Serra da Piedade - Caeté/ MG
Contatos pelo e-mail sos_serrapiedade@yahoo.com.br
ou pelo blog <http://soserradapiedade.blogspot.com/>

Foto: Alice Okawara



Acima, conjunto arquitetônico da Serra da Piedade, em Caeté, Minas Gerais, e abaixo visão privilegiada do alto do Santuário

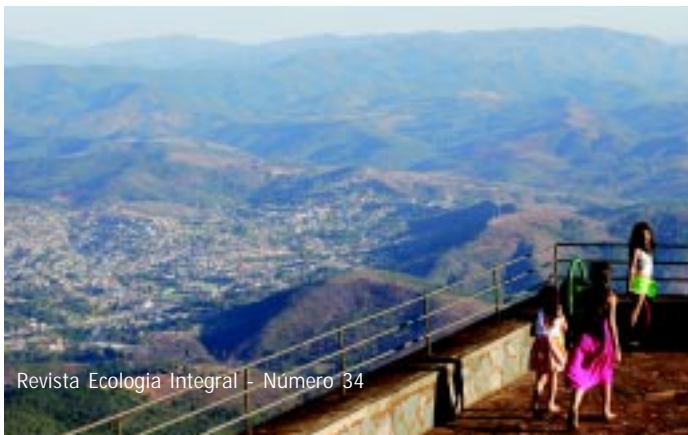


Foto: Alice Okawara

Histórias da Serra da Piedade

Conta a lenda que uma menina muda de nascença avistou, no alto da Serra da Piedade, a figura da Virgem com Jesus em seus braços, e então começou a falar, contando o ocorrido. Nossa Senhora reapareceu várias vezes para a menina que, muito piedosa, foi curada. A lenda da aparição da Virgem incentivou o fidalgo português Antônio da Silva Bracarena a construir uma capela em homenagem à Nossa Senhora, no alto da Serra da Piedade.

Fotos: Alice Okawara



Serra da Piedade ao longe

A construção do templo iniciou-se a partir de setembro de 1767, concluída em 1778, sendo que um de seus sinos data de 1770. A autoria de uma imagem de Nossa Senhora da Piedade do Santuário é atribuída a Aleijadinho. O Santuário guarda também uma escultura de Alfredo Ceschiatti, última obra realizada antes de sua morte. Durante 51 anos, o Frei Rosário Joffily morou no Santuário e se dedicou à sua preservação, indicando o seu tombamento ao Iphan em 1956.

Vista do alto da Serra da Piedade



Foto: Alice Okawara

As ameaças ao patrimônio cultural

Foto: Alice Okawara



Gamelas antigas

Descaso do poder público - Descaso da sociedade
Falta de investimentos na conservação dos bens culturais - Pichação - Depredação - Mau uso
Vandalismo - Desconhecimento da sua importância
Especulação imobiliária - Demolições - Exploração



Foto: Alice Okawara

Casa abandonada

Foto: Luciene Gomes



Centro histórico de Salvador

minerária - Falta de planejamento e incentivo em atividades turísticas - As condições do tempo que fragilizam as construções e as obras - Turismo insustentável
Roubo de bens culturais
Esquecimento - Falta de manutenção dos bens culturais

Foto: Alice Okawara



Peça sem conservação

Foto: Desirée Ruas



Busto com pichações

do patrimônio imaterial - Carência de educação patrimonial nas escolas e nas comunidades - Falta de cuidado - Trânsito de veículo pesados - Poluição do ar - Poluição visual - Poluição sonora - Placas e faixas nos imóveis históricos comerciais
Fungos e insetos - Falta de informação - Mudança das características originais dos imóveis históricos
Falta de participação popular - Globalização - Novas construções - Crescimento das cidades e outras. Diante de tantas ameaças, iniciativas em favor da preservação do patrimônio cultural e natural são sempre bem-vindas.

Foto: Iracema Gomes



Desgaste do tempo

Foto: Iracema Gomes



Casarão sem conservação

Foto: Alice Okawara



Fonte de 1885, em Diamantina, Minas Gerais

Foto: Alice Okawara



Pintura desgastada

Patrimônio mundial natural

Segundo a Convenção sobre a Proteção do patrimônio Mundial Cultural e Natural, os bens naturais devem ser exemplos excepcionais representativos: dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução e do desenvolvimento das formas terrestres; dos processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais. Podem também conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais, ou conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles

Foto: Nayerre Rodrigues



que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do

Parque Nacional de Iguazu, em Foz do Iguazu, Paraná

ponto de vista da ciência ou da conservação. Também são critérios importantes a proteção, a administração e a integridade do sítio.

Os sítios mistos têm, ao mesmo tempo, excepcional valor natural e cultural. Desde 1992, interações significativas entre o ser humano e o meio natural têm sido reconhecidas como paisagens culturais.

A próxima edição da Revista Ecologia Integral será dedicada ao tema Patrimônio Natural.

Foto: Alice Okawara



Fernando de Noronha

Foto: José Luiz



Pantanal Mato-grossense

Múltipla escolha



Nosso lixo de cada dia

O livro ilustrado "**Nosso lixo de cada dia - Desafios e Oportunidades**", da engenheira química **Ana Luíza Dolabela de Amorim Mazzini**, apresenta o contexto da produção de lixo e a busca de soluções para a questão dos resíduos, além de glossário explicativo para melhor entendimento dos termos. Para todas as idades, o livro conta com as ilustrações criativas de **Emídio Filho**, colaborador da Revista Ecologia Integral. De forma lúdica e criativa, o livro é de grande utilidade para o trabalho de educadores ambientais junto a crianças,

jovens e adultos e também para os demais interessados na educação para a sustentabilidade e o consumo consciente. A autora, professora do curso de pós-graduação "Educação Ambiental, Agenda 21 e Sustentabilidade" do Centro de Ecologia Integral em parceria com a Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte, também escreveu o livro "Dicionário Educativo de Termos Ambientais". (Edição da autora). **Informações e vendas: amazzini56@yahoo.com.br**
Telefones: (31) 3378-7721/9219-0412

Sites e contatos

Unesco - www.unesco.org.br

Ministério da Cultura

www.cultura.gov.br

Tel.: (61) 3316-2000

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional - www.iphan.gov.br

Tel.: (61) 3414-6280

Secretaria de Estado de Cultura de Minas

Gerais - www.cultura.mg.gov.br

Tel.: (31) 3269-1000

Iepha - Instituto estadual do Patrimônio

Histórico e Artístico

www.iepha.mg.gov.br

Tel.: (31) 3235-2800

Promotoria Estadual de Defesa do

Patrimônio Cultural e Turístico de Minas

Gerais - Tel.: (31) 3250-4620

Gerência de Patrimônio Histórico Urbano

da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

www.pbh.gov.br - Tel.: (31) 3277-5058

www.museus.gov.br

Comunidades tradicionais

Grupos que preservam sua cultura e seu modo de viver

Apesar de serem povos que historicamente vêm contribuindo para a conservação dos patrimônios ambiental e cultural brasileiros, as comunidades tradicionais ainda convivem com a incerteza quanto ao cumprimento de seus direitos. São mais de 4,5 milhões de pessoas, sendo 2 milhões de quilombolas, 435 mil indígenas, 400 mil quebradeiras de côco de babaçu, 37 mil seringueiros, 163 mil castanheiros, dentre outros grupos, segundo dados do governo federal do ano de 2005, ocupando mais de 25% do território brasileiro.

Se as populações indígenas e quilombolas já possuem mais visibilidade quanto aos seus direitos no que diz respeito aos seus territórios, as demais comunidades tradicionais ainda convivem com a indefinição como é o caso dos seringueiros, sertanejos, ribeirinhos, dentre outros. O acesso ao território para essas populações é condição fundamental para manter vivos, na memória e nas práticas sociais das comunidades tradicionais, os sistemas de classificação e de manejo de recursos, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e de consumo da produção. Os territórios têm também sua dimensão simbólica e afetiva já que guardam a memória do grupo, referen-

dando um modo de vida e uma visão de mundo, além de assegurar a produção, indispensável à sobrevivência. Além do acesso aos territórios tradicionais, as comunidades reivindicam inclusão social, fomento e produção sustentável, respeitando as formas tradicionais de vida, organização e produção.

Para a defesa dos direitos dessas populações foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, um fórum que se pretende paritário, composto por sociedade civil organizada e governo federal com a atribuição de propor e implementar políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais.

Em fevereiro de 2007, pelo Decreto nº 6.040, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, PNPCT. Segundo o Decreto, "Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição."



Conheça algumas das comunidades tradicionais

Ciganos: povos tradicionalmente nômades, originários da região da antiga Pérsia.

Quilombolas: descendentes dos habitantes dos quilombos, vilarejos onde, no passado, os escravos fugitivos se refugiavam.

Indígenas: povos que já habitavam o Brasil antes do início da colonização portuguesa.

Pantaneiros: habitantes da região do Pantanal.

Quebradeiras de côco babaçu: mulheres que trabalham com a extração da amêndoa que existe no côco da palmeira de babaçu, cuja planta tem aproveitamento integral.

Ribeirinhos: habitantes das margens dos rios.

Fundo de pasto: comunidades que dividem um espaço aberto, acessível a todos, e vivem do plantio e da criação de animais.

Faxinenses: comunidades que criam porcos e plantam mate e vivem no estado do Paraná.

Caiçaras: pescadores do mar.

Geraizeiros: habitantes do sertão.

Seringueiros: comunidades que vivem da extração do látex das seringueiras.

Pomeranos: comunidades de imigrantes de alemães e seus descendentes, localizadas no Espírito Santo.

Terreiros: apesar de serem muitas vezes confundidos e tratados conjuntamente, os grupos das roças de Candomblé, que é uma tradição de cultura e religiosidade de matriz africana, são completamente distintos dos grupos das casas de Umbanda que é uma tradição de origem brasileira.

O estudo do patrimônio na escola

Com o projeto Patrimônios da Humanidade, escola discute a importância dos bens culturais e naturais

Levar o patrimônio cultural e o natural para dentro da escola, possibilitando aos alunos o conhecimento dos bens tangíveis e intangíveis que compõem a história de um povo ou de toda a humanidade. Com este objetivo, o Instituto Bem Me Quer, escola de educação infantil de Belo Horizonte, desenvolveu, durante todo o ano de 2007, o projeto institucional Patrimônios da Humanidade.

O projeto foi idealizado por Rosângela Martins Assunção e Marilene Silva, coordenadoras da Escola. Por meio de pesquisas, vivências sensoriais, caricaturas, esculturas, painéis e jogos interativos, textos reflexivos, poesia, confecção de cenários, oratórios, livros, maquetes, obras com papel machê, produção de telas, de postais e de peças de gesso, cada faixa etária trabalhou um tema com projetos específicos para cada grupo. O arquipélago de Fernando de Noronha, o Barroco Mineiro nas cidades de Diamantina e Ouro Preto, além dos países México, China e Egito foram os temas estudados.

Os alunos pesquisaram e criaram com base nos temas propostos. Ao mesmo tempo, a Escola mostrou a responsabilidade de cada um em relação à preservação do patrimônio como garantia do direito à memória individual e coletiva de um povo. Além da reflexão sobre os bens culturais e naturais, reconhecidos como patrimônio da humanidade, a Escola trabalhou a importância da história de cada um e dos bens individuais e coletivos como brinquedos e material escolar.

Para iniciar o projeto Patrimônios da Humanidade, a escola teve como foco o ser humano, em uma escala individual que se amplia para uma escala planetária. A concepção de que “para ser universal, aprenda primeiro a pintar sua aldeia”, citada em uma das obras de Lev Nikoláievich Tolstói, escritor da literatura russa do século XIX, os alunos do Instituto Bem Me Quer conheceram e valorizaram os bens tangíveis como brinquedos, objetos pessoais, a escola, a cidade, bem como os intangíveis, entre eles os sentimentos, a família, as relações consigo mesmo e com o outro. A partir do conhecimento de seus próprios bens e valores, o trabalho ampliou-se para o estudo dos bens e valores de toda a humanidade.

Para Rosângela Assunção, “diante da complexidade dos problemas atuais, é preciso tecer e incorporar novas abor-

dagens à educação, com o intuito de lançar a semente de novas atitudes de vida que tenham como parâmetros a formação de princípios mais fraternos e justos, não somente em escala local mas também em escala universal”. Para ela, o projeto institucional Patrimônios da Humanidade, desenvolvido pela Escola em 2007, possibilitou a construção de novas práticas sociais pautadas em relações respeitadas dos alunos entre si e com o mundo em que vivem. “Algumas sementes desabrocharam e floresceram de imediato. Já regozijamos com os frutos colhidos. Os alunos têm consciência de que são os maiores patrimônios da humanidade e fundamentais para construir um mundo melhor. Novos desafios estão constantemente presentes no cotidiano escolar. Portanto, o trabalho de conscientização do ser humano não pára. Novas sementes são diariamente plantadas, pois temos fé que um novo mundo é possível, e que podemos começar já a imaginá-lo e construí-lo”, afirma Rosângela Assunção.



Fotos: Arquivo Instituto Bem Me Quer



Os alunos do Instituto Bem Me Quer estudaram o Egito, Fernando de Noronha, e os profetas de Aleijadinho

Patrimônio histórico e cultural

Reintegração do lugar à educação

Falar em patrimônio histórico e cultural nos remete à idéia de lugar. Delimitar um lugar e nele construir um modo de viver foi, em todos os tempos, uma condição para a existência humana, oferecendo uma certeza e uma autoconfiança sem a qual a vida diária seria impensável. Cada lugar construído significava a fonte de sobrevivência: alimento, água, energia, proteção. Há uma estreita relação entre o ser humano e os seus lugares; são expressões de funcionalidade, ética, ecologia, estética e senso de humanidade de uma época, por isso, cada marca deixada na trajetória humana é uma fonte de conhecimento histórico.

Preservar a história é preservar o elo com nossos antepassados, é saber quem somos, porque somos. Mas o processo de globalização e o domínio do mundo virtual estão alterando esta relação. Os lugares têm hoje um sentido utilitarista, são recursos naturais, bens econômicos. Gastamos muito tempo e energia indo de um lugar para outro, todos parecidos, perdendo o sentimento de enraizamento, responsabilidade, pertencimento e respeito. O nosso lugar não é mais fonte de alimento, água, sustento, energia, materiais, amigos, recreação, inspiração espiritual. Tudo vem de lugares desconhecidos e, também para lugares desconhecidos, vão os nossos detritos, o nosso lixo.

Os nômades modernos não vivem nos lugares, são apenas residentes de um mundo abstrato, uma abstração que distorce a percepção, por apreender apenas um fragmento da realidade.

Habitar é viver, ter uma relação orgânica, nutritiva com o lugar. Viver requer conhecimento detalhado do lugar, observação, cuidado, preservação das raízes. O habitante tem marcas do lugar, na fala, na roupa, no comportamento; é menos propenso à destruição e à depredação, é mais cidadão. O residente, pela facilidade de deslocamento, tem relação imediata, obtém apenas gratificação. Só precisa de um mapa e dinheiro”, nos diz David W. Orr.

Esse desarraigamento é, em grande parte, responsável pela destruição de pequenas comunidades, pela degeneração social e ecológica. *Devastação de um lugar é*



Foto: Iracema Gomes - Serra do Cipó/MG

Cada lugar tem a sua história

devastação psicológica. Pagamos um preço alto pela constante deformação da paisagem: perda de estabilidade, desintegração, perturbação.

Um grande desafio da educação ambiental, no intuito de preservar o patrimônio cultural da humanidade, seria explorar as fronteiras do lugar onde moramos e trabalhamos e ensinar a arte de viver bem no nosso lugar:

- Reavivando a importância do que está mais perto, mais tangível.
- Conhecendo os problemas específicos e as potencialidades locais.
- Refletindo sobre as relações da comunidade na qual estamos inseridos. Compreendendo fatos e valores, relativizando passado, presente e futuro, reintegrando natureza e cultura.
- Integrando conhecimento com experiência, pela observação direta, pela investigação dos fatos, da cultura, das artes, da produção local.
- Reconhecendo que cada lugar, com sua história humana e seu passado geológico, é parte integrante de um ecossistema.
- Fazendo emergir o novo sem depreciar o antigo.

Enfim, acredito que as pessoas possam fazer muito por si e pelo planeta, cuidando de suas pequenas comunidades, com conhecimento, amor, reverência e responsabilidade ética.

Sugestão de leitura

Lugar e Pedagogia, de David W. Orr, do livro Alfabetização Ecológica, de F. Capra e outros. (Ed. Cultrix - 2005)

Leonardo Alves Corrêa
Advogado, consultor em Direito Ambiental e colaborador
do Centro de Ecologia Integral - leoalvescorrea@gmail.com

Pluralidade, meio ambiente e Direito

Existem dois pressupostos teóricos para iniciarmos qualquer discussão sobre a relação entre diversidade cultural e proteção ambiental. Primeiro, o que devemos entender por meio ambiente e, segundo, qual a relação entre o conceito de meio ambiente e o pluralismo em nossa sociedade contemporânea.

Em relação ao primeiro ponto - o próprio conceito de meio ambiente - devemos compreender que ele não pode ser reduzido a uma visão naturalista. Há alguns setores da mídia e do movimento ambiental que conceituam meio ambiente como apenas um sistema de relações interdependentes entre os recursos ambientais (solo, ar, atmosfera, fauna e flora).

Entendem outros que meio ambiente, do ponto de vista da formação conceitual, deveria também ser compreendido a partir do conjunto de relações entre o meio ambiente natural, cultural, artificial (cidade sustentável) e do trabalho (qualidade do ambiente laboral). Esta visão - apesar de incorrer no risco de fragmentar algo que por natureza é sistêmico - parece-nos mais acertada.

O artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. O poder público e a sociedade civil têm o dever de proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Interessante notar, e aqui iniciamos a discussão sobre o segundo item proposto acima, que a Constituição considera como patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, vale dizer: as diferentes formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas e por fim obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

No mundo contemporâneo, a relação entre os diferentes grupos sociais, étnicos e culturais enseja a formação de uma sociedade complexa e plural. Tais grupos se formam e evoluem tendo como base diferentes formas de



O poder público e a sociedade civil têm o dever de proteger o patrimônio cultural brasileiro

apropriação e definição simbólica do conceito de meio ambiente. Citemos um exemplo: o processo de significação do rio São Francisco é completamente diferente para ribeirinhos, pescadores, contadores de histórias, técnicos do Ministério da Integração, membros da sociedade de cada município no qual o rio morto vivo flui, agonizando-se até a foz.

Se este raciocínio estiver correto, ao defendermos a “proteção do meio ambiente” temos que ter a consciência de que estaremos discursando a partir da nossa percepção que não necessariamente é a mesma de um outro grupo social. Por esta razão, os discursos sobre proteção ambiental devem estar sempre abertos aos outros projetos e processos de simbolização do meio ambiente. Assim, o artigo 225 da Constituição, ao estabelecer que **todos** têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve ser interpretado a partir da inclusão das diferentes formas de apropriação material e simbólica dos diversos grupos que compõem o tecido social, no que diz respeito à conceituação do que venha a ser meio ambiente para cada um deles.

A verdadeira gestão ambiental co-participativa e democrática exige uma abertura e, em alguns casos, uma reformulação dos instrumentos de política ambiental (licenciamento ambiental, zoneamento ecológico econômico, etc.). Tal abertura democrática deve contemplar os diferentes projetos, concepções e apropriações simbólicas do “meio ambiente” que, conforme defendemos acima, não é único, mas multifacetado e plural.

A ecologia dos nossos sentidos

O nariz e o sentido do olfato

Chegamos, amigo leitor, ao final de uma série de pequenos comentários feitos para a Revista Ecologia Integral sobre os cinco sentidos dos seres humanos. Aqui não posso deixar de manifestar minha alegria pela conquista pessoal de iniciar e terminar um trabalho dessa natureza, o que até então não tinha sido muito comum. Confesso que eu muito mais recebi do que transmiti valores com esta série.

Como nos quatro artigos anteriores, a busca aqui é justamente pelo sentido: por que o ser humano, como grande parte daquilo que vive, haveria de desenvolver um aparelho para sentir odores?

Vamos notar inicialmente que a nossa capacidade de sentir os diversos odores partilha do mesmo ambiente físico da capacidade respiratória. Apesar de serem coisas distintas, respirar e cheirar se dão pelos mesmos canais. E só para recordar o sentido mágico-simbólico da respiração, vamos ao poeta Goethe: *“Há duas bênçãos na respiração/absorver o ar e soltá-lo outra vez/uma nos pressiona, outra nos refresca:/que mistura maravilhosa é a vida!”*

O aparelho olfativo trata-se de uma parte bem complexa do nosso corpo, implantada num local não menos importante. O pitoresco nariz, alvo de gozação pelo tamanho ou pelo formato em alguns de nós, é responsável por umedecer, aquecer, purificar e dar passagem ao ar para que chegue aos pulmões. Assim colabora definitivamente para o bom funcionamento da respiração – e para a nossa sobrevivência.

Já o sentido do olfato guarda uma relação muito estreita com o paladar. É que para sentirmos o gosto doce, salgado, amargo ou ácido, basta recorrermos às papilas gustativas. Mas se quisermos sentir o gosto do chocolate, do café ou do morango, devemos ter o nariz saudável. É mesmo: pergunte a quem está resfriado, se o alimento não perde um pouco do gosto! Funciona assim: existem células receptoras do olfato espalhadas por toda a parte superior interna do nariz. Estas células estão ligadas aos nervos olfativos que se estendem até o cérebro. Quando as moléculas de determinado aroma entram em contato com as

células, elas enviam pulsos nervosos ao cérebro, que os interpreta: “laranja!”, ou “produto químico!”, ou “o cachorro precisa de um banho!”.

O olfato é o mais primitivo sentido do ser humano. Sua ligação anatômica é direta com o sistema límbico, responsável pelas emoções, pelos impulsos instintivos e sexuais. Talvez a memória olfativa seja a mais duradoura que possuímos. Não sem motivo é que as tradições religiosas e as filosofias de vida recorrem a aromas que possuem propriedades capazes de conduzir a pessoa aos ideais que pregam. Graças ao olfato, que tem uma estrutura muito mais sofisticada que o paladar, já que a gama de odores é bem maior e mais diversificada que a de gostos. E que tem semelhanças também com a visão, como a capacidade de adaptação: conseguimos acostumar com o cheiro de incenso, quase não o percebendo após dois minutos dentro da sala, assim como passamos a ver quase sem problemas após uns instantes na penumbra.

E por que cheiramos, afinal? A ciência já é capaz de explicar como o fazemos, mas de que adianta saber como algo funciona se não sabemos para que serve?

Tenho a impressão de que temos a capacidade de cheirar para nos lembrarmos sempre de que há muito mais sentido em uma vida com odor, sabor, maciez, cor e som, do que numa mera existência numérica. Acho que ainda preservamos nossos sentidos para que eles nos lembrem, de vez em quando, que somos bem mais do que o número do nosso CPF; que valem infinitamente mais do que o saldo da nossa conta bancária; que podemos muito mais do que o *marketing* quer nos fazer acreditar. E estou convencido de que os corpos de todos aqueles que habitam nosso mundo, suas consciências, suas emoções e vontades, merecem um ambiente muito melhor para se viver, e podem consegui-lo. Mas este é um assunto para outras séries.

Para você, leitor, saúde, paz e um abraço.



Foto: Alice Okawara.
Os aromas ficam registrados em nossa memória

Sob a ótica da ecologia integral

Patrimônio é tudo aquilo que faz parte da nossa vida



Ilustração: Emídio

A dimensão pessoal: o meu patrimônio individual

É preciso cuidar da saúde do corpo e da mente com alimentação saudável, respiração correta, exercícios físicos regulares, descanso, lazer e convívio social. Escrever, fotografar, realizar ações voluntárias, cuidar de um jardim coletivo, conversar com os mais velhos, estar perto de crianças, ver o sol nascer... Enfim, as coisas simples podem ser as mais importantes para a nossa vida.

A dimensão ambiental: o patrimônio do planeta

As montanhas, as flores, as florestas, as águas do mar e dos rios, os animais e o próprio ser humano. O planeta guarda uma infinidade de paisagens e formas de vida que vêm sendo degradadas pela ação humana. Parte deste grande patrimônio já desapareceu do planeta sem ter sido conhecido pelo ser humano. A destruição de habitats e a extinção de espécies é um processo que prejudica a todos e sua reversão depende das ações humanas em favor da sustentabilidade da vida.



Ilustração: Emídio

A dimensão social: o patrimônio do relacionamento

A família, as amizades, a comunidade são um patrimônio para crianças, jovens, adultos e idosos. A partir delas, compartilhamos histórias, sentimentos e visões de mundo. Como o próprio nome diz, comunidade é um grupo de pessoas com características em comum, pessoas que vivem próximas umas às outras em um bairro ou uma cidade, ou que compartilha das mesmas tradições e costumes. Ninguém faz cultura sozinho. É através da produção coletiva que construímos o nosso patrimônio cultural.



Ilustração: Emídio

Aconteceu

Educação para o consumo sustentável

Entre os dias 28 e 30 de maio de 2008, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, Inmetro, realizou, em Belo Horizonte, o curso de Formação de Multiplicadores em Educação para o Consumo Sustentável. Por meio de atividades práticas e teóricas, os instrutores do Inmetro, Juliana Azevedo, Sidney Aride e Sylvia Rabello, abordaram diversos temas como avaliação da conformidade, saúde e segurança, direitos do consumidor e consumo e meio ambiente. O evento contou com a participação das colaboradoras do Centro de Ecologia Integral, a professora Iracema Gomes e a jornalista Desirée Ruas, que vêm trabalhando o tema consumo consciente em organizações e comunidades.

Multiplicadores formados pelo Inmetro, a jornalista e como líderes comunitários, professores e alunos de Belo Horizonte do Instituto de Educação de Minas Gerais, dos colégios Estadual Central, Municipal Marconi e São Francisco de Assis

Aula prática: visita a um supermercado para verificação de embalagens de produtos



Foto: Desirée Ruas



Foto: Desirée Ruas

Penas alternativas na defesa do meio ambiente

Mudar a atitude e o pensamento com relação ao meio ambiente, a partir de um entendimento da importância do cuidado consigo mesmo, com o outro e com o planeta. Com este objetivo foi realizado, em Belo Horizonte, o curso Ecologia Integral e Atuação Socioambiental para pessoas beneficiadas com pena alternativa, por delito cometido na área ambiental.

A oportunidade de cumprir uma pena alternativa por meio de atividades como a participação em cursos específicos é uma ação da Central de Penas Alternativas, Ceapa, da Secretaria de Estado de Defesa Social, que busca a prevenção à criminalidade a partir da intervenção social, como explica o gestor do Núcleo de Prevenção à Criminalidade, Marcelo Ferraz Santos.

O curso Ecologia Integral e Atuação Socioambiental, realizado pelo Centro de Ecologia Integral, aconteceu em oito encontros de duas horas cada um, num total de 16 horas, incluindo uma aula no Parque das Mangabeiras e uma visita a um criatório conservacionista, local para onde os animais apreendidos são encaminhados e, se for o caso, depois de algum tempo, soltos.

A ecologia integral - principais conceitos; a ecologia pessoal - o cuidado com nós mesmos; a ecologia social - o cuidado com as outras pessoas; a ecologia ambiental - o cuidado com o planeta; e o compromisso da atuação socioambiental foram os temas abordados.

Todos os participantes assumiram pelo menos um compromisso ambiental ao final do curso que foi aprovado pela maioria, seja quanto ao conteúdo apresentado, às atividades desenvolvidas e aos facilitadores que atuaram. Dos 20 alunos, 19 afirmaram que aconteceu alguma

mudança no seu dia-a-dia propiciada pela participação nos encontros.

Mudança de hábito

Mudar um hábito cultural não é fácil e não acontece da noite para o dia. Apesar da criação de pássaros, papagaios e outras aves da fauna silvestre brasileira, de origem clandestina, ser considerada crime ambiental de acordo com a Lei nº 9.605/1998, muitas pessoas mantêm os animais em cativeiro. Para Ana Maria Vidigal Ribeiro, diretora do Centro de Ecologia Integral, aos poucos, a cultura do aprisionamento de animais silvestres pode ser modificada. Cita alguns dos alunos do curso como exemplo desta mudança possível de mentalidade. A partir das reflexões feitas, eles perceberam que deveriam abrir mão da companhia do pássaro na gaiola. “Nunca mais vou prender pássaros em gaiola. O mundo precisa aprender como eu aprendi neste curso”, declarou um participante.



Aula no Parque das Mangabeiras



Realização de dinâmicas e reflexões



Um novo olhar sobre os animais



Encerramento do curso Ecologia Integral



Alunos e convidados no último encontro

Foto: Arquivo Centro de Ecologia Integral



Alunos do curso Ecologia Integral e Atuação Socioambiental, ministrado pelo Centro de Ecologia Integral, em visita a um criatório conservacionista

Conheça o Projeto Pássaros

Entrevista com a promotora Lilian Marotta, da Promotoria de Meio Ambiente de Belo Horizonte, sobre o Projeto Pássaros, para defesa da fauna silvestre

Como foi idealizado o Projeto Pássaros? Qual era o seu objetivo inicial?

O Projeto Pássaros é um plano de trabalho idealizado pela 114ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Belo Horizonte, no qual se buscou, inicialmente, intensificar ações de defesa da fauna silvestre, mantida em cativeiro nos domicílios da capital mineira, mediante o incremento de medidas como o recolhimento e a destinação adequada dos animais apreendidos, a aplicação célere e eficiente da responsabilização civil e penal previstas para o dano ambiental, através da integração dos vários parceiros institucionais competentes, como o Ibama; a Polícia Militar de Meio Ambiente; o Juizado Especial Criminal; a Delegacia de Meio Ambiente e Qualidade de Vida; a Central de Penas Alternativas, Ceapa, da Secretaria de Estado de Defesa Social e a Fundação Municipal de Parques, entre outros.

Qual é a avaliação do Projeto Pássaros?

Após um ano e meio de implantação do Projeto Pássaros, a avaliação é positiva, pois foram realizadas mais de mil audiências ambientais para defesa da fauna, com alto índice de aceitação das medidas aplicadas e significativo aumento na destinação adequada de animais apreendidos.

Como a participação em cursos que abordam temas como a educação ambiental e a ecologia integral podem contribuir para mudar o comportamento das pessoas?

A Promotoria entende que a promoção da conscientização dos infratores penais, através de iniciativas como a desenvolvida pelo Centro de Ecologia Integral, em parceria com a Ceapa, pode ser importante ferramenta para uma maior percepção da sociedade acerca da necessidade da mudança dos costumes em relação ao trato da fauna silvestre, difundindo a importância de suas funções biológicas e consolidando o contido no Artigo 225 da

Constituição Federal, que diz que incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e defender o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Em que outras áreas as penas alternativas são uma opção?

Em quase todas as áreas da defesa ambiental as penas alternativas podem ser uma boa opção para prevenção e diminuição da criminalidade de menor potencial ofensivo. Entre elas, destacam-se a defesa da fauna doméstica (maus-tratos), pesca predatória, uso inadequado da fauna por empresas, entre outros.

Como a Promotoria de Meio Ambiente vem trabalhando a questão educacional como forma de prevenir a ocorrência de crimes?

Em sua pretensão de contribuir para a prevenção e diminuição de crimes contra a fauna, a Promotoria trabalha, no momento, com duas principais linhas de sensibilização. A primeira é a conscientização ambiental dos infratores da fauna, na qual já apresentou vídeos, entregou *folders* e encaminhou para serviços ambientais quase mil infratores penais; a segunda é um projeto piloto de conscientização de alunos da rede pública de Belo Horizonte, ainda em fase de implantação.



Ave apreendida em recuperação em um criatório conservacionista

Foto: José Luiz

O que diz a Lei 9.605

A Lei de Crimes Ambientais, nº 9.605/1998, considera crime contra a fauna a manutenção de animais silvestres em cativeiro sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. Se uma pessoa possuir um animal silvestre que foi adquirido por meio de traficantes ou contrabandistas, em estradas, depósitos, feiras livres, por meio de encomendas ou similares, o animal pode ser recolhido pelo Ibama e a pessoa terá que responder perante a Justiça por crime ambiental. De acordo com a Lei, podem ser mantidos em cativeiro apenas os animais que possuem nota fiscal emitida pelo comerciante ou pelo criadouro que tem autorização do Ibama para reproduzi-los em cativeiro. Mais informações: www.ibama.gov.br ou pelo telefone 0800 618080.

Atividades do Centro de Ecologia Integral

● Seminários, cursos, oficinas e palestras

- Ecologia integral
- A arte de viver em paz
- Educação ambiental
- Educação para a paz
- Educação para o consumo consciente
- Comunicação interpessoal
- Comunicação para o terceiro setor
- Agenda 21
- Desenvolvimento humano, de grupos, de comunidades e de organizações
- Psicodrama pedagógico
- Meditação
- Sonhos
- Pós-graduação Educação Ambiental, Agenda 21 e Sustentabilidade

O **Centro de Ecologia Integral, Cei**, é uma associação sem fins econômicos reconhecida de utilidade pública municipal e estadual. É registrado no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais, CNEA, do Ministério do Meio Ambiente e no Cadastro Estadual de Entidades Ambientais, CEEA, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Semad.

Participa atualmente dos seguintes fóruns, redes e comissões:

- Rede Mineira de Educação Ambiental, RMEA
- Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte
- Comissão Organizadora Estadual - COE, de Minas Gerais, da III Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente promovida pelo Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente
- Fórum de Ongs Ambientais de Minas Gerais

● Grupos de estudos (abertos e gratuitos)

- Ecologia do ambiente
- Meditação
- Sonhos

Confirme dias e horários no site do Centro de Ecologia Integral www.ecologiaintegral.org.br

● Biblioteca

- Cine-paz
- Elaboração de cartilhas
- Revista Ecologia Integral
- Passeios ecológicos de integração com a natureza

Curso de pós-graduação lato sensu Educação Ambiental, Agenda 21 e Sustentabilidade

em parceria com a Faculdade Metropolitana de Belo Horizonte

Inscrições e informações pelo telefone (31) 3275-3602
ou pelo e-mail secretaria@ecologiaintegral.org.br

Pontos de venda da Revista Ecologia Integral

Em Belo Horizonte:

Bancas e agências de revistas: ver com a Distribuidora Santana - DISA: (31) 3388-6669

Outras opções em BH: ● **Barreiro**: Vagner Luciano - Tel.: (31) 9144-4305 ● **Barroca**: Homeopatia Vitae (R. Brumadinho, 267) ● **Centro**: Farmácia Chamomilla (Av. Augusto de Lima, 403); Restaurante Vegetariano Naturalmente (R. Rio de Janeiro, 1197); Livraria Usina das Letras 2 (Av. Afonso Pena, 1537 - Palácio das Artes) ● **Floresta**: Farmácia Homeopática Digitalis (Rua Curvelo, 130) ● **Lourdes**: Farmácia Weleda (Av. Olegário Maciel, 1358) ● **Santo Agostinho**: Livraria Usina das Letras 1 (R. Aimorés, 2424 - Usina Unibanco); Farmácia Atma (R. Rodrigues Caldas, 766) ● **Savassi**: Homeopatia Germinare (R. Paraíba, 966 - Loja 2); Homeopatia Vitae (R. Cláudio Manoel, 170); Mandala Restaurante Natural (R. Fernandes Tourinho, 290) ● **Serra**: Farmácia Amaryllis (R. do Ouro, 1582) ● **Sion**: Restaurante Natural Nascente (R. Paraguai, 86); Homeopatia Magna Mater (R. Montes Claros, 509)

No interior de Minas Gerais:

- **Caeté**: Livraria e Papelaria Universo (Rua Israel Pinheiro, 305); Papelaria Pergaminho (Rua Jair Dantas, 402); Loja do Cabral (Av. João Pinheiro, 3654)
- **Pompéu**: Jacson Afonso de Sousa - Tel. (37) 3523-1107

Por uma cultura de paz e pela ecologia integral!

A Revista Ecologia Integral é uma publicação do Centro de Ecologia Integral - Cei, que é uma associação sem fins econômicos.

Para adquirir uma assinatura ou exemplares avulsos ligue (31) 3275-3602 ou mande um e-mail para secretaria@ecologiaintegral.org.br



Edição nº15 - Ar



Ed. nº16 - Biodiversidade

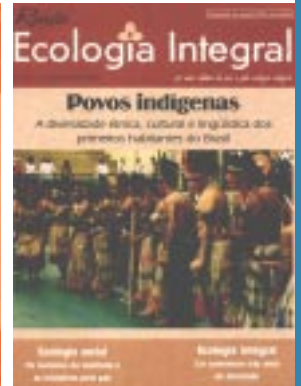


Ed. nº17 - Animais



ESGOTADA

Ed. nº18 - Consumo consciente



Ed. 19 - Povos indígenas



Ed. nº20 - Folclore



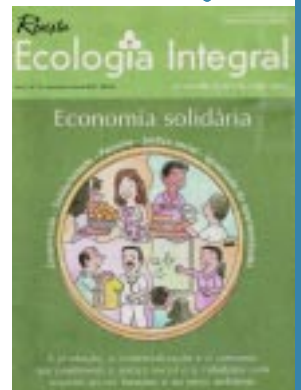
Ed. nº21 - Agenda 21



Ed. nº22 - Alimentação



Ed. 23 - Cultura de paz



Ed. 24 - Economia solidária



Ed. nº25 - Valores humanos



Ed. nº26 - Saúde/meio ambiente



Ed. nº27 - Sustentabilidade



Ed. nº28 - Direito Ambiental



Ed. nº29 - Educação ambiental



Ed. nº30 - Mudanças climáticas



Ed. nº31 - Resíduos sólidos



Ed. nº32 - Espaço urbano



Ed. nº33 - Espaço rural



Ed. nº34 - Patrimônio cultural

O povo que preserva o seu patrimônio cultural e natural preserva a sua identidade.

Foto: Alice Okawara

Centro de Ecologia Integral
por uma cultura de paz e pela ecologia integral